



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 27 - Nº 509- DE 25 DE OUTUBRO A 8 DE NOVEMBRO DE 2015 - R\$ 3,00

**Organizemos os comitês de resistência  
ao avanço da reação burguesa!**

**Convoquemos os empregados e desempregados  
a se erguerem contra as demissões em massa  
e pela defesa de suas condições de existência!  
Lutemos para pôr abaixo a Lei Antiterrorismo  
e todas as demais leis discricionárias,  
obscurantistas e ditatoriais!**

**98 anos da Revolução Russa**



**Oposição revolucionária a Dilma**

## Política Operária

# Avanço da reação. Como responder?

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, exige que se vote com urgência o Projeto de Lei Antiterrorismo. Ocorre que essa lei é uma imposição do imperialismo a todos os Estados. Aqueles que não se curvarem diante das diretrizes norte-americanas poderão sofrer represálias econômicas.

Para pressionar os governos a adotarem uma lei “nacional” sobre o terrorismo, as potências criaram o “Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (GAFI). O Brasil está sob suas ameaças.

O governo Dilma Rousseff e o Congresso Nacional se puseram de acordo de que a exigência finalmente deverá ser cumprida. Somente não se finalizou o processo legislativo porque o Projeto tem sido questionado por uma parcela dos parlamentares quanto à sua amplitude.

A ala mais à esquerda do PT ficou em uma posição incômoda. Eis o que diz o senador Lindbergh Farias: “Da forma como está, o projeto é muito ruim. Depredar um ônibus, ocupar uma reitoria, invadir propriedade rural são manifestações que já possuem sua punição e a pessoa é presa por isso. Com a nova proposta, isso se torna terrorismo.” Mas esse é precisamente o conteúdo da reacionária lei. O objetivo central é o de dar melhores condições legais para o Estado enfrentar a luta de classes.

Os movimentos que avançam nos métodos da luta coletiva devem ser tratados com os métodos da ditadura de classe da burguesia. Não se pode esquecer que a democracia é uma das formas de regime que serve ao domínio da minoria capitalista sobre a maioria explorada. Não por acaso vem se fortalecendo o Estado policial no País.

A crise econômica e política impulsionam as atividades das massas, que devem ser sufocadas. Não faltam leis e meios policiais de proteção à burguesia e seu Estado. A Lei Antiterrorismo, portanto, é um instrumento da burguesia imperialista para enfrentar a luta de classes mundial.

É sintomático que o governo Dilma tenha feito uma virada na política exterior do Brasil quanto ao intervencionismo norte-americano. Em seu primeiro mandato, foi acusada pela oposição de não ter uma posição clara e firme de guerra ao terrorismo. Chegaram ao ponto de dizer que o governo petista pretendia um diálogo internacional com o Estado Islâmico.

Recentemente, Dilma se pronunciou, na ONU, a favor da coalizão imperialista, liderada pelos Estados Unidos.

Os reformistas e nacionalistas radicais de outrora fecham os olhos para o fato de que o terrorismo da jihad islâmica expressa justamente a brutal opressão nacional exercida pelas potências e a ditadura da feudal-burguesia árabe, no caso do Oriente Médio e Norte da África. As

potências exercem o terrorismo de Estado contra as massas, acobertado pela democracia, pelos direitos humanos e pela bandeira da paz empapada de sangue.

A burguesia monopolista não tem como manter seus interesses econômicos a não ser pela guerra de intervenção. Os Estados Unidos e seus aliados praticamente destruíram o Iraque. Mantêm o Afeganistão sob guerra permanente. Desintegraram a Líbia. Desmembraram o Sudão. Armaram uma guerra civil na Ucrânia. E estão em feroz campanha na guerra civil da Síria. Não é necessário se estender com mais exemplos, para concluir que o imperialismo está em plena ofensiva contra tudo e todos que se movem no sentido oposto de seus objetivos estratégicos.

É nessa situação que se discute a aprovação de uma Lei que não surgiu diretamente das necessidades da própria burguesia brasileira e de seu governo. Pode-se afirmar com segurança de que se trata também de uma lei antinacional, considerando historicamente a condição semicolonial do Brasil.

Essa ofensiva da reação não é isolada. Projetos como o da redução da maioria penal, o do estatuto da família e o da criminalização do aborto vêm no mesmo sentido. No plano econômico, os explorados se deparam com a Lei da Terceirização, com o Programa de Proteção aos Empregos (PPE), com mais uma reforma da Previdência e com medidas de destruição de direitos trabalhistas. Desde a reforma neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, não se via uma combinação de medidas antiooperárias, antipopulares e antinacionais tão funestas. Observa-se uma investida política, social, ideológica e econômica da reação burguesa.

O proletariado desorganizado. Os sindicatos burocratizados e estatizados. O predomínio da política burguesa sobre as massas. E a ausência de um poderoso partido revolucionário. De conjunto, esses fatores permitem que a reação burguesa avance. Para enfrentá-la, é imprescindível que toda a vanguarda, movimentos e correntes que não estão comprometidas com a política de colaboração de classes se coloquem em defesa das reivindicações dos explorados, que levantem as bandeiras da democracia política, que se disponham a lutar pela libertação dos sindicatos da tutela estatal-governamental e que se lancem imediatamente a constituir uma frente única pela organização das massas no terreno da independência de classe.

***Organizemos os comitês de resistência ao avanço da reação burguesa! Convoquemos os empregados e desempregados a se erguerem contra as demissões em massa e pela defesa de suas condições de existência! Lutemos para pôr abaixo a Lei Antiterrorismo e todas as demais leis discricionárias, obscurantistas e ditatoriais!***

## Crise política

# Democracia do apodrecimento

O presidente da Câmara de Deputados Federal zomba das provas irrefutáveis que o enquadram na categoria de corrupto de alta periculosidade. Zomba do PSOL que entrou com um pedido de revogação de seu mandato na Comissão de Ética. Zomba do pequeno comitê de parlamentares interpartidário que quer vê-lo fora das funções de presidente da Câmara. Zomba até mesmo da grande imprensa. Zomba de qualquer um que pense nos moldes da ética burguesa. Zomba da própria democracia.

De onde Eduardo Cunha arranca tanta força para tanta zombaria? O delinquente conta com apoio de uma poderosa bancada formada de reacionários, obscurantistas e interesseiros de primeira linha. São evangélicos, policiais e representantes do latifúndio-agronegócio, que ascenderam na política burguesa e ocuparam importante posição no Congresso Nacional. Alocam-se em quase todos os partidos. Unem-se em um grande bloco. Foram, em grande medida, responsáveis pela eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara. Todas as medidas retrógradas contam com sua barulhenta participação.

Mas seria incorreto atribuir exclusivamente a essa bancada a sobrevivência política de Cunha. O bandido é mantido pelo conjunto das instituições: pelos partidos, pelo STF e pelo Congresso Nacional.

Agregamos ainda a grande imprensa, que, no momento, não economiza espaço para as denúncias contra Cunha.

Não seria exagero acusar com tanta generalidade? Demonstraremos que não! Cunha se mantém no alto da zombaria graças à crise política, em cujo centro está a permanência ou interrupção do mandato de Dilma Rousseff. É nestas condições que o facínora permanece no cargo zombando do País, ou seja, de sua população. E promovendo as leis reacionárias e obscurantistas. Graças ao movimento golpista do impeachment, Cunha desconhece as acusações que pesam sobre sua conduta política. Graças ao governo acuado pelo impeachment, Cunha dá de ombro ao pedido de renúncia ao cargo.

E a imprensa? Em apoio ao impeachment, poupa a vergonhosa posição do PSDB e aliados de proteção a Cunha. Os opositoristas necessitam do delinquente para viabilizar a abertura do processo de impeachment na Câmara Federal. Os principais homens do PSDB, entre eles Aécio Neves, não mexem uma palha para revogar o mandato do bandido. Pelo contrário, os opositoristas bloqueiam o pedido do pequeno grupo de parlamentares de condenação

de Cunha pela Comissão de Ética.

Lembremos que o PSDB não teve como se livrar de uma declaração reconhecendo a gravidade das provas contra o presidente da Câmara, apresentadas desde o exterior. Mas não passou de um gesto hipócrita para ocultar sua posição de usar Cunha como peça do processo de impeachment.

E o governo? E os petistas? A imprensa denunciou a tentativa de Lula de fazer um acordo com o PMDB e o próprio criminoso para brevar a ofensiva da oposição. Desmentido daqui, reafirmação dali, o fundamental está em que o governo e os petistas também necessitam de Cunha.

A CPI que apura as denúncias da Operação Lava Jato terminou sem pena, nem glória. Lembremos também que na sua instalação Cunha compareceu para dizer que se colocava à disposição para esclarecimentos. A espontaneidade do ladrão não passou despercebida a ninguém que minimamente acompanha a política burguesa. Eduardo Cunha não foi convocado a depor, apesar de ter mentido que não tinha contas no exterior. O relator da CPI é do PT.

Em seu parecer final, não denunciou o presidente da Câmara.

Oposição e governo sustentam Cunha, em suas disputas interburguesas pelo poder do Estado. As demais ins-

tuições da burguesia seguem o movimento em torno do impeachment. É o que caracteriza a *democracia do apodrecimento*.

Os explorados, que de tempo em tempo são chamados a votar e eleger os governantes do País, não alcançam compreender, sem o seu partido revolucionário, que esse mar de podridão é um reflexo da decomposição da burguesia como classe dirigente, que oprime a maioria nacional. As bases econômicas e sociais do Brasil semicolonial não permitem uma pujante democracia. Observa-se que esse regime político – o mais avançado que o capitalismo criou – não serve para reformas progressivas. Serve tão somente para a burguesia manter as massas submissas e para promover seus negócios e negociatas.

Haverá de chegar o momento em que o proletariado se levantará com sua própria democracia e porá abaixo o poder dos exploradores. Na situação, trata-se de lutar pela independência de classe, partindo das necessidades e reivindicações da maioria de pobres e miseráveis. O POR defende e trabalha pela constituição de um Tribunal Popular, baseado na classe operária, para apurar os crimes da burguesia.



**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Governo prepara novo ataque às aposentadorias

Fazem parte do ajuste fiscal de Dilma/Levy, as mudanças na Previdência. As alterações no seguro-desemprego e nas pensões por morte eram apenas o início. O governo terá de cortar mais fundo os direitos dos trabalhadores. A Previdência vem sendo solapada com as reformas neoliberais desde os anos 90. Agora, depois de tantas regras para se alcançar uma aposentadoria, o ministro do Planejamento encaminhará ao Congresso Nacional novas medidas, que incluem o aumento da idade para as aposentadorias.

O plano do governo é o de cortar recursos dos serviços públicos e aumentar a receita. Diante das dificuldades em aprovar a CPMF e outros ajustes no Congresso, em função da disputa interburguesa em torno do poder do Estado, Dilma se apressa em apresentar ao Congresso as medidas “estruturais”. As alterações na Previdência fazem parte de tais medidas.

Recentemente, o Congresso votou o fim do fator previdenciário e instituiu a regra 85/90, soma da idade e do tempo de contribuição para as mulheres e homens, respectivamente. O governo questionou a mudança, dizendo que as despesas com a Previdência irão de 7,5% do PIB em 2015 para 8,3%, em 2019. Justifica que terá de gastar 88,9 bilhões em aposentadorias do INSS e mais os benefícios assistenciais. Reforçou o peso que vêm causando os benefícios sociais (um salário mínimo de fome para o trabalhador com mais de 65 anos que não tem outra fonte de sustento). Enfatizou que o governo vem cumprindo a sua parte, cortando gastos e propondo re-

formas estruturais. Com esse discurso, endereçou ao Congresso a proposta de alterar as aposentadorias e o acesso aos benefícios assistenciais. Antes disso, encenou o jogo democrático, criando um fórum com representantes empresariais, dos trabalhadores e do governo para discutir uma proposta para a Previdência. A burocracia sindical se agarrou nesse jogo e se calou.

Nessa semana, os ministros do Planejamento (Nelson Barbosa) e Trabalho e Previdência (Miguel Rossetto) saíram em defesa do aumento da idade para as aposentadorias e alterações nos benefícios. Estipularam 60 e 65 anos (mulheres/homens). Iniciaram a campanha de denúncia de que os trabalhadores da iniciativa privada se aposentam muito cedo, em média aos 57,8 anos e 59,5 anos, somando o tempo de contribuição com a idade. E que os países mais ricos têm regras mais rígidas, como a idade mínima em torno de 64,2 anos.

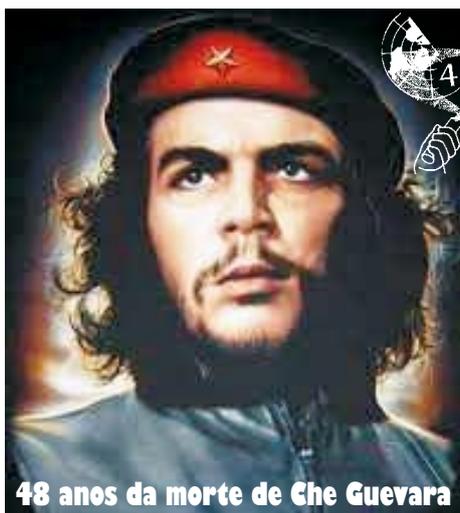
Ao invés de ressaltar a vantagem do Brasil de não estabelecer a idade

mínima, o governo usa o exemplo para criar mais uma regra penosa para os trabalhadores brasileiros. As justificativas de que existe um rombo no caixa da Previdência são corriqueiras. Na verdade, o governo oculta que a Previdência é superavitária. Os governos e os capitalistas saqueiam a Previdência pública (sonegação, concessão aos empresários da desoneração da folha de pagamento, o lay-off etc.) e exigem dos trabalhadores mais sacrifícios.

Os trabalhadores se encontram desorganizados para responder coletivamente a mais esse ataque às aposentadorias. As burocracias sindicais, em palavras, dizem que são contra a retirada de direitos. Lançaram o slogan da campanha salarial metalúrgica de “nenhum direito a menos e mais avanços sociais”, mas por cima dos operários e de suas assembleias negociam com o patronato o “Programa de Proteção ao Emprego” (PPE), que reduz os salários em até 30%; aceitam as suspensões temporárias (lay-off), uma forma de livrar os capitalistas de encargos sociais; assinam acordos de arrocho salarial, reajuste menor que a inflação; se juntam aos exploradores e governo nos fóruns antioperários, como esse da Previdência. E o governo e capitalistas se aproveitam dessa situação para eliminar direitos.

A resistência a mais esse ataque à aposentadoria passará pelo combate às burocracias sindicais traidoras. A crise econômica tende a se agravar. As demissões vêm crescendo e os direitos estão sendo liquidados pelo governo do PT. A luta

**Adquira com o distribuidor deste jornal:**



**48 anos da morte de Che Guevara**

**Che Guevara e Nós  
(Foquismo e Guerrilhas)**

**Guilherme Lora**

**Partido  
Operário  
Revolucionário**



**DA CRISE DA REVOLUÇÃO E DO NOVO PROLETARIADO**  
**MASSAS**

pelo direito a um único sistema de Previdência, estatal e sob o controle da classe operária é a resposta diante do avanço da privatização e da ladroagem. A defesa do direito à aposentadoria unicamente pelo tempo de serviço, a todos os explorados deve ser a bandeira que unifica a maioria oprimida da cidade e do campo.

Devemos não só rechaçar esse novo ataque, como também erguer a bandeira de uma Previdência que de fato garanta a existência daqueles que já produziram a riqueza do país. A classe operária deve formular os critérios para se obter a aposentadoria. Tiremos das mãos da burguesia e do governo o poder de decidir sobre a Previdência. Que os capitalistas arquem integralmente com a contribuição previdenciária dos trabalhadores. Para se aposentar, basta o tempo de contribuição. Chega de fórmulas que atentam contra o direito à aposentadoria. Fim da Previdência Privada. Por um sistema único de Previdência, estatal, sob o controle da classe operária.

## Campanha salarial metalúrgica: derrota sem luta

A burocracia sindical do ABC colocou um ponto final na campanha salarial. Com o título: “Fecharemos as convenções com vitória para a categoria”, os dirigentes da Federação Estadual dos Metalúrgicos/FEM-CUT dizem que conseguiram assinar os acordos com quase todos os grupos patronais. Eis o papel dos traidores da classe operária. As multinacionais estão cantando vitória. Sem nenhum esforço, conseguiram que os burocratas aceitassem o reajuste abaixo da inflação e ainda parcelado (7,88% a partir de 1º de setembro e 2% em fevereiro). Coube às direções sindicais convencer cerca de 200 mil metalúrgicos de que essa era a melhor proposta. Houve um ensaio de greves por fábricas, mas para fazer valer o acordo de parcelamento do reajuste.

Onde está a vitória da categoria? Os metalúrgicos foram der-

### Concut

## Congresso governista, de cartas marcadas e a favor do PPE

O 12º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concut) ocorreu de 13 a 17 de outubro, em São Paulo. A abertura contou com a presença dos ex-presidentes Lula e Mujica (Uruguai), da presidente Dilma, de prefeitos e de lideranças do movimento sindical nacional e internacional. Os debates se concentraram nas avaliações das crises política e econômica. A principal polêmica, entretanto, a exemplo do que ocorreu no Congresso Estadual (Cecut – SP), girou em torno do “Programa de Proteção ao Emprego (PPE)”. Apesar dos esforços do POR para que os delegados rejeitassem a proposta, a burocracia sindical não precisou de esforços para aprovar o PPE, pois se tratava de um congresso regido pela política do PT e totalmente alheio às necessidades da maioria explorada.

A presença do governo no interior do congresso não é novidade. O elevado grau de estatização da entidade é um fenômeno que se iniciou há muito tempo, tendo se intensificado com a ascensão de Lula. Contudo, a conjuntura de ataque cerrado ao governo de Dilma tem forçado o PT a afiar suas ferramentas de defesa. E a CUT ocupa essa posição. Não por acaso, uma das palavras de ordem mais ouvidas foi justamente “não vai ter golpe”, em referência às propostas de impeachment. Assim, as repetidas menções ao “nosso” governo, por parte dos sindicalistas, e à “nossa” central, por parte dos chefes de Estado, apenas reforçam o atrelamento da central ao Estado burguês e ao governo do PT.

Os argumentos relacionados à crise econômica quase sempre faziam alusão ao ministro Levy, como se este representasse um corpo estranho no governo. É conhecida a tese de que o PT atingiu o governo, mas não possui o poder. Vendo por esse ângulo, trata-se de uma crise motivada pela política econômica recessiva do chamado Plano Levy. Daí a conclusão de que basta mudar o rumo da economia. Mais do que isso, a tarefa seria a de cumprir o “projeto” defendido durante a última campanha (vale lembrar a falsa polêmica dos “dois projetos antagonicos”, PT x PSDB).

Algo semelhante se deu em relação à crise política. Dilma acusou os seus opositores conservadores de “moralistas sem moral”. O intuito era o de devolver a denúncia de corrupção principalmente ao PSDB, mas também a outros setores, como a ala peemedebista de Eduardo Cunha. A verdade, no entanto,

rotados sem esboçar nenhuma resistência contra a ofensiva centralizada do patronato de não conceder a reposição salarial.

Essa campanha salarial ocorreu numa situação de demissão em massa nas fábricas. O sindicato simplesmente separou a campanha salarial da defesa dos empregos. Ao mesmo tempo em que negociava reajustes parcelados e abaixo da inflação fazia acordos de redução salarial por meio do Programa de Proteção ao Emprego (PPE). De forma que a burocracia sindical impossibilitou organizar as forças operárias para enfrentar a brutal ofensiva das multinacionais. Os burocratas vendidos chamam de vitória reajustes parcelados e redução salarial.

Cada vez mais se evidencia a necessidade da classe operária constituir uma nova direção classista, que lute por libertar os sindicatos da política patronal, do Estado e do governo.

é que todos estão afundados na lama da corrupção, todos se enfrontaram na politicagem burguesa do “toma lá, dá cá”. No fundo, o recado de Dilma significa reconhecer o desvio de conduta de seu partido. Não busca desmentir as acusações, apenas questiona a autoridade da oposição burguesa ao denunciar. A que ponto chegou o PT, que um dia a se vangloriou da alcunha de “partido da ética”!

O Partido Operário Revolucionário (POR) atuou no congresso denunciando o comprometimento da independência da central e sindicatos por conta da política da direção. Demonstrou que a crise política está condicionada pela crise econômica. E esta, ao contrário do que dizem as direções, resulta das contradições profundas do capitalismo. Ou seja, não é consequência de uma “política econômica” equivocada, como se se tratasse de uma questão meramente administrativa. Decorre da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção monopolistas.

Essa caracterização serviu de fundamento para a argumentação do POR durante a polêmica sobre o PPE. Enquanto a burocracia sindical tem apontado a redução da jornada com redução salarial como solução temporária para evitar as demissões, insinuando que a crise é passageira, a militância *porista* tem colocado em relevo o seu caráter estrutural, alertando os trabalhadores para a necessidade de defender os empregos, salários e direitos com luta, com mobilização coletiva. A experiência com o lay-off e banco de horas já demonstrou que as concessões aos capitalistas não garantem o emprego. Ao contrário, tratam-se de saídas burguesas para a crise, que servem tão somente para desafogar o patronato diminuindo custos, preservando seus lucros. Desviar os trabalhadores do método próprio da classe operária, a ação direta, só tem resultado em derrotas para os explorados.

Contra a flexibilização capitalista, da qual o PPE faz parte, o POR tem defendido a flexibilização operária do trabalho. Este aspecto constituiu o centro da intervenção do partido durante esse Concut. Enquanto as correntes políticas que dirigem a central, principalmente a Articulação Sindical (PT), comprometem a independência política das entidades ao arrastar os trabalhadores por detrás das disputas interburguesas, o POR tem indicado uma saída de independência de classe.

## **Autocrítica do POR**

O Partido Operário Revolucionário torna pública a autocrítica realizada internamente pelos militantes que, na condição de delegados ao Congresso Estadual da CUT de São Paulo (Cecut), não tiveram o cuidado de devolver os tablets, que serviram de instrumentos para os trabalhos do Congresso.

Diferentemente, de outros Congressos não se editou um caderno de teses. Em seu lugar, foram entregues a cada um dos delegados um tablet, por meio do qual seguiram as teses e resoluções.

Não nos interessa discutir aqui o uso das tecnologias. O fundamental está em que as teses impressas passam a pertencer a cada um dos delegados. O tablet é distinto. Trata-se de um objeto que encerra a sua função no fim do Congresso. E que a partir daí tem outras funções. Justamente por essa condição, o tablet não pode se transformar em propriedade individual dos delegados. Todos deveriam ter sido devolvidos à CUT, como instrumentos coletivos da classe operária.

Os delegados do POR não atentaram a essa distinção. Cometeram um erro de se apossar do tablet. Informado o fato ao partido, imediatamente sua direção considerou um erro e determinou que fossem devolvidos.

Na reunião do Conselho Estadual da Apeoesp (organismo que elegeu os delegados), o POR pediu um momento para se au-

tocrítica e devolver os tablets. A direção sindical inicialmente negou nosso pedido. Alegou que o POR pretendia “humilhar” os delegados. A muito custo, permitiu no final da reunião que houvesse a autocrítica e a entrega dos tablets publicamente. Diante do reconhecimento do POR e da entrega, a presidente do sindicato ofereceu os tablets para quem quisesse. Imediatamente, alguns conselheiros se apossaram dos tablets. Esse fato deveria estarrecer as correntes de esquerda, que simplesmente se calam. Correntes como PCO e O Trabalho, que tinham delegados, não se pronunciaram e, certamente, acharam normal que a CUT distribuisse os tablets e que seus delegados deles se apossassem.

A naturalização da corrupção política no seio das organizações sindicais se evidencia em acontecimentos como esse. Para a militância do POR foi uma lição de moral revolucionária. Está aí por que internamente fizemos uma profunda discussão sobre o acontecido. O que resultou em manifestações de reconhecimento do erro e autocrítica. O partido é responsável pelos erros de sua militância. Se não fosse assim, não poderia corrigi-los. Está aí por que o POR, no Jornal Massas, faz essa autocrítica diante da classe operária, das correntes e dos ativistas. A autocrítica confirma sua política revolucionária, que não pode ter nenhuma mancha.

### **1º Congresso Nacional dos Pequenos Agricultores**

## **Os camponeses pobres precisam se colocar sob a bandeira da revolução agrária**

Na semana de 12 a 16 de outubro, ocorreu o I Congresso Nacional dos Pequenos Agricultores, que reuniu mais de quatro mil trabalhadores rurais de 20 estados do país, em São Bernardo do Campo/SP. No seu interior ocorreu também I Feira da Agricultura Familiar.

O Congresso que tinha como tema “Plano Camponês: aliança camponesa e operária por soberania alimentar” serviu, de fato, como mais um espaço para os petistas inocularem sua política no movimento camponês. Entre as concepções gerais que norteavam o congresso, a ideia de que a libertação dos trabalhadores da cidade e do campo poderia virá da luta camponesa, desconhecendo o proletariado como a classe transformadora. Que a luta contra a burguesia agrária, o agronegócio e todos os tipos de violência e opressão poderia sair do próprio movimento pequeno burguês do campo.

Para além dessa falsa concepção, estava o verdadeiro propósito: servir de palanque para os petistas e para o governo federal fazer demagogia com os milhares de trabalhadores presentes. Assim, compuseram a mesa o filho de Marighela, o filho de Francisco Julião e Clodomir de Moraes. Todos vinculados ao reformismo e ao nacionalismo, prontos a representar o ex-presidente Lula e a presidente Dilma. Ou seja, a mesa de debate principal do Congresso foi uma grande mentira para

servir de apoio ao governo.

Dilma e Lula estiveram no Congresso para reafirmar a política assistencialista e demagógica que foi desenvolvida nos governos petistas, mas que sequer pode ser desenvolvida plenamente agora porque os cortes também afetaram os ministérios que tratam das questões do campo e da terra. Lula, especialmente, usou o Congresso para defender o governo e afirmar que os gastos trilionários das potências para manter o capitalismo depois da crise aberta em 2008 poderiam acabar com a fome no mundo. Esqueceu de dizer que sua política denominada “anticíclica” serviu aos banqueiros e multinacionais e que também seus gastos dariam para matar a fome de milhares de brasileiros. Demagogia e oportunismo foram a tônica de sua participação, reforçando as promessas ilusórias de ajudas aos pequenos agricultores, o que significou, ao longo dos últimos doze anos, apenas endividamento como nunca se viu.

Como não poderia deixar de ser, os dois tiveram que exaltar alguns dos programas que os governos petistas mantiveram, mesmo admitindo que foram frágeis e não universalizados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, tanto Dilma quanto Lula defenderam o ajuste fiscal como necessário para o momento atual. Assim, colocaram para os pobres do campo que arquem juntamente com os pobres das

idades o peso da crise capitalista.

Durante o congresso, sequer se falou do fechamento das escolas no campo, dos assassinatos, dos conflitos com os latifundiários e com o agronegócio. Tudo passou como se não houvesse luta de classes no campo. Nada se aprovou que resultasse em luta coletiva. A bandeira de “aliança camponesa e operária” serviu de disfarce à política burguesa. Não por acaso, o POR foi intimado pelas seguranças a não distribuir o Manifesto que mostrava o caminho da luta e defendia a estratégia revolucionária do governo operário e camponês.

O Congresso dos pequenos agricultores poderia ter sido importante para a luta camponesa se tivesse feito um balanço real da política desenvolvida pelo governo do PT, que serviu em grande medida ao agronegócio e aos latifundiários. Um passo que se desse no rompimento com a política burguesa seria um avanço. Mas o que fez foi reafirmar a dependência e a servir de instrumento do governo que se encontra mergulhado em uma profunda crise política. O que fez foi armar um palanque para que Dilma e Lula defendessem o ajuste fiscal ditado pelos banqueiros e credores da dívida pública.

Os camponeses precisam firmar-se com a política de independência de classe frente aos partidos burgueses e aos governos. Sem varrer a burocracia petista da direção do movimento, ele pouco poderá avançar na luta camponesa. E todo palavreado sobre “soberania alimentar” e sobre “programas de assistência” aos pequenos agricultores não passará de demagogia para amortecer a luta no campo, que só tende a piorar com o avanço do agronegócio e com os cortes no orçamento.

## **POR divulga manifesto**

A questão camponesa é fundamental para a luta de classes no campo, que historicamente se desenvolve sob brutal violência latifundiária e do Estado oligárquico. A burguesia nacional, por meio de alguns setores, foi obrigada a reconhecer a necessidade da reforma agrária, mas para desfigurá-la e combater o movimento camponês. A opressão capitalista sobre as massas agrária é de máxima importância para a classe operária, que tem todo interesse em constituir um movimento nacional da maioria oprimida, sob sua direção estratégica. Em seu Programa, consta a revolução agrária como parte da revolução proletária. Demonstra que a opressão sobre os camponeses é de classe, precisamente, do grande capital latifundiário que compõe em geral o grande capital. Está aí por que o POR dá atenção desde as mínimas reivindicações e desde as lutas mais particularizadas, vinculando-as à revolução agrária, às tarefas de expropriação do grande capital e nacionalização das terras. Esse foi o conteúdo do Manifesto de apoio ao Congresso dos pequenos agricultores. No jornal Massas anterior o publicamos na íntegra. Abaixo, reproduzimos as suas posições e propostas.

Em resumo, o Partido Operário Revolucionário defende neste congresso uma plataforma de reivindicações e de inde-

pendência política diante dos governos burgueses:

Derrotar o ajuste fiscal, reverter os cortes com a ação direta e em unidade entre os trabalhadores do campo e da cidade;

Defender os empregos, os salários, a previdência e os direitos sociais contra a política de austeridade dos governos e dos capitalistas;

Expropriação das terras dos latifundiários e coletivização das terras utilizadas pelo agronegócio;

Expropriação das multinacionais e corporações que parasitam as riquezas nacionais do campo, nacionalização de todas as terras na mão do capital internacional;

Proteção aos pequenos e médios agricultores (terra, financiamento a baixo custo, condições de produção e de vendas, proteção previdenciária, saúde e escolas no campo);

Terra aos camponeses e recursos do governo para trabalhar a terra;

Defender a revolução proletária, a constituição do governo operário e camponês como solução à crise capitalista.

Viva o 1º Congresso do Movimento dos Pequenos Agricultores!

## **Seguranças proíbem o POR**

Ao distribuir o Manifesto, os seguranças do Congresso cercaram nossa militância e deram o ultimato para que parasse a distribuição. Acusaram o partido de não pertencer ao movimento. Certamente que não é verdade. É sintomático que um deles lembrou que o POR já havia sido expulso em Rondônia de uma reunião do MST. O que de fato ocorreu e denunciávamos amplamente a repressão. E por que fomos expulsos? Porque defendermos a independência do movimento diante do Estado, do governo e de toda política burguesa. Por essa mesma razão, os seguranças procuraram intimidar a militância porista que divulgava o Manifesto. É claro que de maneira semiclandestina fizemos que chegasse às mãos dos presentes. Qual é o medo da direção do MST, dos petistas, dos castristas, dos chavistas, etc.? Têm medo de que a política do proletariado influencie o movimento camponês. Em essência, é isso! O uso da repressão a uma corrente militante, reconhecida como parte das esquerdas e com tradição de defender a estratégia revolucionária não é próprio de quem luta diz lutar contra as opressões, entre elas as sofridas pelas mulheres e negros. O uso da violência pelos explorados somente se justifica contra burguesia e seus agentes.

Atacar o POR que jamais deixou de combater a exploração e toda sorte de opressão é um crime contra a democracia operária. É claro que se trata da luta de classes, que se manifesta em todos os níveis da vida social e da política. Não deixaremos de cumprir nosso dever com os explorados porque somos cerceados. Esse tipo de experiência mostra que o POR está no caminho correto. Nunca deixar de intervir! Nunca se intimidar! Nunca fugir à responsabilidade! Nunca ocultar a verdade! Nossa luta é pela revolução proletária! Viva a luta camponesa independente da burguesia e de seus governos! Lutemos sob a bandeira do governo operário e camponês!

## Congresso do Sinpeem aprova as eleições online para o Conselho

Ocorreu entre os dias 20 e 23 de outubro, no espaço de convenções do Anhembi, o 26º Congresso do Sinpeem. O formato distracionista dos anos anteriores se repetiu, com ênfase no culturalismo e academicismo. O burocratismo, que já se tornou uma marca das instâncias da entidade, também esteve presente. A ausência de democracia é uma deformação inaceitável, ainda mais se se considera a importância crescente dos sindicatos diante da ofensiva dos capitalistas, que têm descarregado o peso da crise econômica sobre o ombro dos trabalhadores. Justamente por isso, a aprovação da resolução que autoriza as eleições online para o Conselho constituiu a questão central do congresso, uma vez que aprofundará o processo de burocratização.

A abertura do congresso contou com a presença de sindicalistas, parlamentares e do secretário de Educação municipal, Gabriel Chalita/PMDB. O convite ao secretário partiu da direção do sindicato. O objetivo era aproveitar a circunstância para fazer demagogia diante dos delegados. Cláudio Fonseca, presidente do sindicato e vereador pelo PPS, tentou colocar Chalita em saia justa, mas acabou levando o troco. Depois de apresentar algumas reivindicações dos trabalhadores, foi obrigado a ouvir a resposta do secretário perante o plenário cheio, de que a Secretaria não toma qualquer medida sem consultar o sindicato. Cláudio teve de se calar. Na prática, a fala de Chalita constitui uma espécie de denúncia, de que esta direção caminha de mãos dadas com o governo.

O relato desse acontecimento, que pode ter passado despercebido para muitos que estiveram presentes, na verdade, assume grande importância para compreender a burocratização da entidade. O distanciamento do sindicato em relação à base corresponde ao papel da burocracia que o dirige, como correia de transmissão dos interesses da classe dominante no seio dos trabalhadores. Não por acaso esta direção tem sistematicamente afastado a categoria das assembleias e do método da ação direta, substituindo-os pelas barganhas a portas fechadas com o governo nas chamadas “mesas de negociação”.

O elevado grau de burocratização pôde ser percebido desde o pré-congresso. Começou, como tem sido, com a imposição de um “texto-referência” (na verdade, a tese da corrente Compromisso e Luta, de Cláudio Fonseca), ao qual caberia somente apresentar emendas, com limite de toques e tendo a necessidade de cerca de 100 assinaturas para serem aceitas. Já na abertura dos trabalhos, no momento da aprovação do regimento, a truculência na condução das divergências se fez notar. É importante ressaltar que, lamentavelmente, o autoritarismo da direção tem se amparado na despolitização dos trabalhadores eleitos nas escolas. Tem sido assim nos congressos e também nas reuniões de Representantes de Escola (RE).

Por outro lado, a oposição de conjunto tem sua responsabilidade nisso, já que não inspira confiança. Não possui um programa claro de combate à direção majoritária. Sua plataforma vaga de luta por independência e democracia no Sinpeem é resultado da negativa insistente das diversas correntes de esquerda que a compõem em realizar reuniões e plenárias abertas regulares. Não possui um boletim periódico, não faz campanhas sistemáticas, não planeja visitas coletivas às escolas. O resultado concreto nesse congresso foi que praticamente não cumpriu a tarefa que lhe cabia, de fazer uma campanha cerrada contra a eleição online. Apenas distribuiu um panfleto,

tirado às pressas, fruto de uma reunião também convocada à queima-roupa, com uma nota pra cumprir tabela. Fez algumas falas durante a apresentação das teses contra o golpe da burocracia, mas se limitou a isso.

A atuação da **Corrente Proletária na Educação – POR** se destacou das demais correntes nesse Congresso. Elegeu seus delegados com base na discussão política nas escolas, inscreveu seu conjunto de emendas e compareceu ao congresso com uma crítica à burocracia sindical, combatendo as eleições online. Distribuiu um manifesto geral aos delegados, sua tese, uma carta contra as eleições online e obteve cerca de 380 adesões ao abaixo-assinado sobre o mesmo tema. Foi a única a exigir da oposição a convocação de uma plenária aberta para organizar a ação unitária contra o golpe da majoritária na questão do Conselho. Submeteu o programa proletário à apreciação do plenário, defendendo o fim da escola de classe, afirmando sem receio que a concepção de escola vinculada à produção social pressupõe o fim da propriedade privada dos meios de produção.

A burocracia sindical, claro, não perdeu a oportunidade de acusar o POR de apresentar nada para o presente. O que é absolutamente falso, pois a decomposição social confere um caráter explosivo a cada reivindicação democrática, dada a impossibilidade de atendimento às condições mais elementares de existência da maioria sob o capitalismo em crise. A Corrente Proletária na Educação defende que se estabeleça a ponte entre as reivindicações imediatas e o programa estratégico de luta pela revolução social. Assim, o combate pela destruição da escola de classe deve se inserir no plano mais amplo de luta pelo socialismo.

Nesse processo, o instrumento de combate que é o sindicato ganha importância, tendo em vista a necessidade de combinar a luta defensiva com as reivindicações dos oprimidos em geral contra o sistema. O que exige que o sindicato esteja nas mãos dos trabalhadores e com uma direção e programa revolucionários. Em outras palavras, exige que ele seja independente dos patrões e democrático. Daí a importância do trabalho empreendido junto aos delegados pela Corrente Proletária na Educação contra as eleições online, que foi sem dúvida o ponto alto do congresso. Sua rejeição se amparou na consideração de que o pleito online transforma a escolha dos conselheiros em uma enquete virtual (em detrimento dos trabalhadores que se mobilizam ativamente), despolitizando o processo, potencializando a fraude e descaracterizando a democracia sindical.

A vitória da burocracia nesse ponto não encerra a campanha contra as eleições fraudulentas. A Corrente Proletária na Educação retornará às escolas com seu balanço crítico e auto-crítico. Não deixará de trabalhar pelo fortalecimento da oposição, por entender a importância do trabalho frentista para derrotar a direção majoritária. O que implica, como principal tarefa, ampliar seu trabalho de base. A burocracia sindical certamente não será derrotada através de um discurso melhor ou com uma propaganda mais eficaz - embora se reconheça sempre a necessidade de aprimorar os métodos. E sim, será derrotada com a constituição de uma poderosa coluna oposicionista desde as escolas. Para isso, o POR seguirá seu trabalho de constituição de uma fração revolucionária no Sinpeem e nos sindicatos de maneira geral, como parte da tarefa de construção da vanguarda que dirigirá a revolução proletária.

No dia 20 de outubro, ocorreu uma manifestação em frente à Secretaria da Educação contra o plano de Alckmin de fechamento de escolas. Contou com milhares de alunos, que levantaram as faixas: “Não feche minha escola”, “chega de autoritarismo, queremos mais escolas”, etc. A presença de professores, funcionários e pais não foi grande, porque não houve a paralisação das escolas. O protesto seguiu em direção à Praça da Sé, que encerrou convocando novas manifestações para o dia 29, na Avenida Paulista.

A Corrente Proletária divulgou o boletim chamando a unidade dos explorados para derrotar o Plano do PSDB contra a educação pública. Denunciando que Alckmin segue a orientação geral de ajuste fiscal do governo federal, que é a de corte de recursos aos serviços públicos (educação, saúde, moradia). E se colocando pelo fortalecimento das manifestações, dos bloqueios, da organização dos comitês populares e dos grêmios estudantis.

Eis o boletim:

## **Manifestações gigantescas de professores, pais, estudantes e funcionários: Este é o caminho para derrotar o Plano de Alckmin de fechamento de escolas**

Nas escolas, o descontentamento é grande. O plano do governador do PSDB golpeia os trabalhadores da educação, os estudantes e os pais. O fechamento de 30% da rede de escolas é um ataque nos moldes da reforma de Mário Covas/Rose Neubauer, em 1995. Serão milhares de professores desempregados, ou subempregados. Significa mais de 1 milhão de alunos transferidos de escolas. O objetivo é um só: cortar recursos da educação pública.

Alckmin e seu secretário da Educação, Herman Voorwald – denunciado por receber salário milionário, querem que os pais e estudantes caiam no conto do vigário de que a “reorganização” da rede tem por finalidade melhorar a qualidade de ensino. Querem que os trabalhadores da educação acreditem que a transferência de 1 milhão de alunos visa à adoção de práticas pedagógicas ajustadas à faixa etária (ciclo). Querem que a população pobre aceite o fechamento das escolas públicas, única forma que têm para o acesso aos estudos. No entanto, não contavam com a reação imediata.

Os protestos estão por todos os lados: nos bairros, na capital e nas cidades do interior. Não há um dia sequer que não haja manifestações. Diante dessa situação, o governador e seu serviço tentam criminalizar a Apeoesp, responsabilizando-a pelos protestos nas avenidas, na Secretaria da Educação e nas diretorias de ensino. Voltam a combater a justiça da greve de 92 dias contra a política de arrocho salarial e precarização das condições de trabalho. Rotulam os estudantes lutadores de “violentos” e “vândalos”. Dizem que protagonizam atos de incivilidade. Tudo para criminalizar o movimento contra o Plano de fechamento de escolas e superlotação das que permanecerão. A grande imprensa, a exemplo do jornal *O Estado de São Paulo*, para citar apenas uma, serve de instrumento para o Plano do governador. Como se vê, trata-se de um governo autoritário no comando de um Estado Policial.

### **Unidade para derrotar o plano Alckmin contra a educação pública**

Os governos, sejam do PSDB, PMDB, PT, vêm aplicando a mesma política: o ajuste fiscal. A essência é a do corte de recursos aos serviços sociais (educação, saúde, moradia e previdên-

cia). Há uma orientação geral que vem sendo imposta desde o governo federal de corte de recursos à educação e outros serviços públicos. Bilhões de reais já foram arrancados da educação. A meta dos governantes é a de honrar o pagamento dos juros e amortizações da volumosa dívida pública.

Em São Paulo, Alckmin não faz senão aplicar essa orientação geral. Eis aí por que não reajustou os salários do funcionalismo público e, agora, impõe o plano de reduzir 30% da rede estadual. Mas não vai parar aí. Logo mais, anunciará novas medidas em favor da municipalização do ensino, da terceirização dos serviços escolares e de aumento das parcerias privadas. Avançará na precarização das condições de ensino, dos salários e das aposentadorias. São ataques duríssimos contra os servidores e contra os explorados.

Lamentavelmente, há um silêncio por parte da Udemo, do Centro do Professorado Paulista (que atua principalmente junto aos professores do ensino fundamental-1) e da Afuse. São direções que não movem uma palha em defesa dos trabalhadores da educação. Acabam prestando enormes favores ao governador. Basta que lembremos da recente greve dos professores de 92 dias e o papel nefasto que essas direções sindicais cumpriram. Os diretores e funcionários de escolas devem exigir que suas entidades de classe saiam em defesa dos trabalhadores da educação, rejeitando o plano de “reorganização” do governador.

Por outro lado, os estudantes não contam com organização própria nas escolas. Os grêmios estudantis, na sua grande maioria, não têm vida própria. Aparecem no dia das eleições e desaparecem no dia seguinte. Não por acaso, as manifestações de alunos são instintivas, ou organizadas pelos professores. Essa vanguarda de estudantes, que vem despontando nos protestos, deve ter como tarefa a organização de seus instrumentos de luta em defesa da educação gratuita, que significa reerguer os grêmios livres nas unidades escolares. Os estudantes são uma força poderosa nesse movimento de defesa das escolas gratuitas.

### **Lutemos contra o Plano de Alckmin, defendendo:**

- 1) um só movimento contra o fechamento de escolas. Nenhuma negociação em separado de escolas que estão na lista



- do fechamento. Escolas na lista e escolas fora da lista, todas sofrerão com o plano de Alckmin;
- 2) o fim das divisões no interior das escolas (diretores, coordenadores, professores efetivos e contratados). A “reorganização” atingirá todos;
  - 3) o combate ao imobilismo de direções sindicais, exigindo a convocação de assembleias unitárias dos trabalhadores da educação;
  - 4) o fortalecimento dos grêmios estudantis já existentes e erigindo os que estão somente no papel. A organização dos estudantes é uma força fundamental para impor a abertura de escolas e não o seu fechamento;

*No dia 15 de outubro, realizou-se uma manifestação de estudantes secundaristas, universitários e professores contra a reestruturação do governo Alckmin que leva ao fechamento de escolas. A manifestação se concentrou no Largo da Batata, em Pinheiros, e marchou até o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo, pela Marginal Pinheiros, fechando a via. Contou com a participação da UNE, UBES, ANEL, Apeoesp, Sinpeem, e da maioria das correntes políticas. Chegando ao Palácio, foi duramente reprimida pelo Choque da polícia militar, e foi dispersada. A Corrente Proletária interveio com o manifesto abaixo:*

## **Não ao fechamento das escolas estaduais! Para o governo, é reestruturação das escolas. Para os pais, é ver seus filhos sem escolas.**

O ajuste fiscal agora atinge as escolas da rede estadual de São Paulo. A dita “reestruturação” fechará pelo menos 130 delas. O governo busca enxugar os gastos públicos, em cumprimento dos ditames do capital financeiro, que impõe ataque aos direitos sociais de modo a garantir o pagamento da dívida pública. A imposição do capital financeiro é tanto mais rigorosa quanto mais se aprofunda a crise econômica mundial.

Há anos que as escolas públicas vêm sendo precarizadas e privatizadas, mas ainda se mantinham abertas em atendimento mínimo às necessidades das famílias proletarizadas de educarem seus filhos. O fechamento de escolas muda essa realidade, porque está dada a impossibilidade de muitas crianças estudarem, especialmente as pobres, moradoras dos bairros periféricos e filhos de camponeses. O Estado burguês ataca aos mais necessitados.

Não são apenas as escolas secundaristas que sofrem com os ataques dos governos, as universidades estaduais e federais também. Na USP, são centenas de funcionários demitidos, corte de bolsas estudantis, fechamento de leitos e especialidades do hospital universitário dentre outros. As universidades federais estão em condição lastimável, mal conseguem pagar as contas de água e luz. A greve de mais de 4 meses não derrotou o governo federal. A greve de 92 dias dos professores do Estado também não conseguiu arrancar o reajuste. A intransigência dos governos é muito dura, porque estão obedecendo diretamente às imposições do imperialismo.

### **Qual é a tarefa?**

Unificar todos os movimentos em defesa da educação pública,

- 5) a criação dos comitês de pais e demais explorados em defesa da educação pública e contra a redução da rede escolar.
- 6) a abertura de escolas. Redução do número de alunos por sala de aula. Reajuste imediato dos salários e estabilidade aos professores contratados. Fim das leis que criminalizam os movimentos e penalizam os lutadores.

Combater a “reorganização” das escolas é enfrentar a política de “ajuste fiscal”, que golpeia os explorados com as demissões, a elevação do custo de vida e precarização dos serviços públicos (saúde, moradia e educação)

**Derrotemos o Plano de Alckmin/PSDB nas ruas, com os métodos próprios dos explorados!**

blica, gratuita para todos. Somente um movimento forte será capaz de derrotar a política de Ajuste Fiscal dos governos. A força está na unidade.

As direções estudantis nacionais, estaduais e municipais – UNE, ANEL, UMES etc; as direções sindicais APEOESP, SIMPEEM, ADUSP, SINTUSP; os DCE's e CA's assim como as centrais sindicais têm o dever de organizar e convocar um movimento unitário em defesa da educação pública.

Derrotar a reestruturação do governo do estado é derrotar a política de ajuste fiscal. Esse seria um importante passo para derrotar o desemprego e o arrocho salarial imposto às famílias assalariadas pela mesma política de cortes.

As recentes manifestações de estudantes secundaristas já têm sofrido a repressão policial, com violência contra os manifestantes e prisões. Evidenciam o papel da polícia militar de cão de guarda dos governos e dos capitalistas. Atentam contra o elementar direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações. A mesma repressão

que é usada contra os estudantes secundaristas atinge os demais movimentos sociais, serve para impor medidas antipopulares. Basta ver as ainda dezenas de presos de manifestações no Rio de Janeiro, os processos e perseguições políticas contra estudantes e trabalhadores nas universidades e a presença da PM na USP.

Em defesa da educação pública, gratuita para todos!

Abaixo o Ajuste Fiscal dos governos!

Abaixo a repressão!



# Sem a real autonomia e a assembleia geral, prevalecerão as decisões da burocracia do Instituto Federal

Entre os dias 28 de setembro e 2 de outubro de 2015, ocorreu uma paralisação contra o fechamento de 3 turmas do ensino médio técnico integrado, que se efetuará em 2016, conforme o edital. Essa situação pegou os estudantes de surpresa, que, juntamente com os professores, se manifestaram contra a decisão da direção do Campus São Paulo.

O grêmio organizou uma assembleia no dia 28 e a pauta principal foi a permanência das 7 turmas do ensino médio técnico integrado e se somou à paralisação dos professores. Mas não contou com a organização dos CAs, embora na assembleia estivessem presentes estudantes dos cursos do ensino superior e do ensino técnico. Para complicar, esteve presente na assembleia o diretor geral.

A direção do grêmio estudantil destacou o corte de verbas na educação pública feito pelo governo Federal em 2015. O diretor geral enfatizou que se faz um orçamento e o MEC, que obedece às políticas ditadas pelo governo, simplesmente responde que não há verba para os orçamentos solicitados. Para que uma instituição pública se mantenha em pé e garanta o funcionamento básico, é necessário que o governo Federal financie. É claro que o corte de verbas recai sobre o trabalho docente e o estudo dos discentes. O Instituto Federal do Campus São Paulo, com seus 100 anos, até hoje não ofereceu comida e moradia estudantil, que são básicas para a permanência, tanto para o estudante do ensino médio técnico integrado quanto do curso técnico superior. A justificativa de que o Brasil atravessa uma crise serve aos interesses dos banqueiros e de todos os exploradores. Quem deve pagar a crise são os capitalistas e não os trabalhadores e seus filhos.

Era esperado que o diretor Luiz Cláudio disse que não existem as condições mínimas para os estudantes que ficam o dia todo no IFSP, mas que lamenta o fato de não poder oferecer o restaurante e a alimentação gratuita. Reconhece, também, que os estudantes saem de casa às 4 horas da madrugada para chegar ao IFSP e que até passam fome. O discurso demagógico do diretor é bem pago pelo governo, que faz de cada administrador um representante dos interesses do Estado burguês.

## Um balanço da gestão “Levanta CRUSP!”

Existe um problema central que as entidades dos movimentos dentro da universidade devem responder: os ataques impostos pela reitoria, que vão desde os cortes de verbas e demissões até o fechamento integral ou parcial de serviços na universidade. Este é o ponto de partida para avaliar uma gestão da Amorcrusp na situação atual.

A atual gestão da Amorcrusp foi formada com a participação do POR e de uma maioria de independentes não ligados à Corrente Proletária Estudantil. Expressou desde seu início choques entre uma política revolucionária e uma política assistencialista.

A atuação da gestão foi distinta no primeiro e no segundo semestre.

No início do ano, na recepção dos calouros, buscou organizar os estudantes sem vagas. Já neste momento, colocava a ne-

cessidade de mostrar aos ingressantes que era preciso lutar contra a “crise orçamentária” que atacava a universidade pública e que essa luta precisa ser coletiva. Ao mesmo tempo, já começou a expressar suas contradições no empenho de diretores com a recepção, com alguns independentes não participando.

A luta no CRUSP prosseguiu, organizando-se um acampamento coletivo dos sem vagas, em defesa da permanência estudantil. Este acampamento foi boicotado pelo DCE, pelas correntes do movimento geral e mesmo por parte dos independentes da associação. Muitas das atividades encabeçadas pelos independentes neste momento eram festas “políticas”, o que nada mais foram do que simples festas com um verniz de discussão política.

O POR foi combatido em sua política de que era necessário uma assembleia geral dos três setores para responder à crise,

É bem conhecida a chamada evasão. A causa não está nem na falta de vontade de estudar, nem na capacidade de aprendizagem. Está na falta de condições, como materiais escolares, alimentação e moradia. Os estudantes do IFSP, em sua grande maioria, passam pelo funil de vestibular e depois pelo funil das condições elementares de estudo. A luta contra a evasão implica exigir do governo as condições de permanência e estudo.

A presença do diretor Luiz Cláudio na assembleia foi completamente injustificada. Foi dado a ele uma tribuna para combater o movimento que começava a ganhar força. Isso se deve ao fato de o movimento estudantil não ter uma direção política consciente e comprometida com os estudantes. Uma direção capaz de organizar a luta no terreno da independência política. É preciso combater insistentemente as ilusões na bondade da burocracia universitária. As entidades estudantis devem rejeitar os convites para a participação nas reuniões com a burocracia, sob a ideia de que é possível ter um “diálogo” favorável aos estudantes.

Mesmo assim, foi importante a defesa de se instalar a assembleia geral universitária. Ter aprovado que a comissão tem de ser subordinada à assembleia.

Os estudantes têm de ter uma organização, que utilize o método da decisão e da ação coletivas. É necessário que as assembleias gerais sejam reconhecidas como um instrumento soberano, não só para aprovar propostas como também para organizar o movimento. Essa é uma lição importante desse movimento que, com todas as limitações, evitou o fechamento de turmas. Não podemos parar aí. O problema da evasão e permanência continua. A mobilização alcançada pode avançar, se as organizações estudantis romperem com a política de conciliação e se colocarem pela defesa das demais reivindicações.

A Corrente Proletária estudantil entende que os estudantes do IFSP terão de fazer a luta por um sistema único de ensino público, gratuito, controlado por quem estuda e trabalha. O que implica a campanha pela estatização do sistema privado de ensino. A luta pela permanência estudantil está intimamente ligada a esse objetivo democrático.

apurar as contas da burocracia corrupta e privatista de maneira independente e de levantar um governo tripartite a ela submetido e que aplicasse um orçamento por ela elaborado. O corporativismo foi mais forte. E foi fortalecido pela política das direções dos movimentos (DCE, SINTUSP e ADUSP), que abortaram a tendência grevista que existia no final do primeiro semestre na luta contra os ataques de Zago e, então, do governo Alckmin, de diminuir o repasse de verbas às universidades estaduais paulista. O reajuste salarial abaixo da inflação (mas ainda assim diferente do zero por cento oferecido no ano passado) conseguiu fazer com que o movimento dos trabalhadores não se levantasse, e as direções estudantis seguiram a reboque a desmobilização.

O segundo semestre começou com uma situação ainda mais grave. Por um lado, praticamente todos os independentes abandonaram a gestão. Por outro, e mais grave, perdeu-se a sistematicidade da intervenção do POR com os boletins e convocação específica dos cruspianos. Continuaram a existir as assembleias e as reuniões de gestão, porém suas preparações e convocações ficaram aquém da necessidade. Isso fortaleceu a tendência assistencialista, chegando ao ponto de uma assembleia do início de outubro aprovar o financiamento da festa do dia das crianças e de ajuda de custo de 2 mil reais para realização das atividades do CIRCUSP.

Nossa debilidade se mostrou em dois pontos importantes: na resposta em relação à Koban (o novo policialmento “comunitário”) e na intervenção no XII congresso de estudantes da USP. No primeiro, foi realizada uma campanha com um boletim, cartazes e um debate. Mas foi uma campanha que foi começou atrasada e não teve continuidade. No segundo, elaborou-se um boletim a partir da associação diretamente para o congresso, mas não houve uma preparação da intervenção do CRUSP. Apesar de se ter aprovado a incorporação do Crusp às instâncias do movimento geral de estudantes, como os CCAs e Congressos, e que foi uma conquista, isso foi algo que se restringiu à gestão, não foi devidamente trabalhada junto aos moradores, assim não expressou um movimento dos moradores nesse sentido.

Agora estão colocadas novas eleições para a Associação e aqueles independentes da gestão estão deixando de vez a luta política em defesa da Amorcrusp e da organização dos crus-

pianos contra os ataques da reitoria. Aqueles calouros que participaram da mobilização no CRUSP no início do ano seguem um caminho parecido, até como um reflexo e uma influência da fraqueza da atual direção, de a princípio não se comprometer com a gestão da entidade e se deixar tomar conta pela pressão acadêmica.

Aqui voltamos ao ponto de partida. A suposta crise orçamentária é utilizada pela reitoria/governo para varrer os que não têm condições de se manter na universidade, intensificando seu caráter elitista. As condições objetivas para a luta do movimento geral dos estudantes por permanência estão dadas. Mas desorganizados ou de forma isolada não é possível defender a manutenção da moradia. Assim como os funcionários sozinhos não conseguem responder aos cortes de salários e ao PIDV (Programa de Incentivo à Demissão Voluntária), que reduz o número de trabalhadores sem novas contratações. O fechamento do bandeirão central aos fins de semana, conquista do movimento grevista e de ocupação de 2007, e das creches, evidencia a necessidade do CRUSP impulsionar o movimento geral, em defesa da universidade pública, contra o desmonte privatista orquestrado por Zago/Alckmin.

Os ataques à permanência estudantil, às condições de trabalho e a educação em geral advêm de uma mesma crise econômica que se aprofunda no Brasil e leva os governos e capitalistas a atacarem cada vez mais os direitos e as condições de vida dos explorados. Os ataques da reitoria são a expressão dessa crise no interior da universidade. Estudantes e trabalhadores devem lutar de forma conjunta em defesa da educação pública. Para isso é fundamental uma direção revolucionária à frente da associação de moradores que tenha em seu programa a defesa a real unidade por meio da Assembleia Geral Universitária, um fórum comum de estudantes e trabalhadores, que levante as reivindicações e os métodos de luta conjuntamente. Será em uma Assembleia Geral dos três setores que construiremos a unidade necessária para responder aos ataques da minoria autoritária que compõe a burocracia universitária e varrê-la da universidade. É através de sua força que poderemos impor um governo tripartite, independente e próprio dos que estudam e trabalham, eleito por voto universal, com mandato revogável e subordinado a Assembleia Geral Universitária.

## **Chamado da Corrente Proletária aos Moradores do Crusp**

A Corrente Proletária Estudantil/POR faz um chamado aos moradores do CRUSP para compor uma chapa que defenda a Associação enquanto instrumento de luta. A AMORCRUSP deve defender a permanência como parte do direito à educação. As demandas específicas da moradia são parte do movimento geral, e devem servir para impulsionar o movimento em defesa da universidade pública, contra as medidas de privatização e precarização da universidade orquestradas por Zago/Alckmin, que avança na destruição das conquistas da permanência estudantil.

A falta de permanência é mais um funil para os que conseguiram passar pelo crivo do vestibular. A universidade burguesa manejada pelos governos e capitalistas não foi feita para os oprimidos, que não têm condições de se manter. A buro-

cracia universitária/SAS não trata a permanência como parte do direito à educação, mas como assistência, uma esmola que deve ser cedida a um número restrito de estudantes. As vagas no CRUSP não são suficientes, muitos são excluídos ou perseguidos pela situação de irregularidade, por isso a luta por moradia não deve ser unicamente dos moradores, mas de todos os estudantes da USP.

O CRUSP não foi dado, foi fruto de ocupações, sua manutenção se choca com os interesses elitistas da burocracia. Isolados não teremos força suficiente para barrar a política de destruição da moradia estudantil enquanto um direito, principalmente diante dos cortes gerais de verba. As demandas que expressam a manutenção da moradia, como reforma dos blocos, internet, falta de vaga para as mães, falta de funcionários,

devolução dos blocos K e L, e mesmo os casos de controle da vida dos moradores por parte da Reitoria/SAS só podem ser enfrentadas pelo movimento geral dos que estudam e trabalham na universidade. Diante da crise orçamentária, a casta burocrática avançará nas medidas de sucateamento do CRUSP, dos bandejões, dos hospitais universitários e das creches. Concretamente, o bandejão da prefeitura já foi fechado, o Central irá fechar aos fins de semana por falta de funcionários; fechamento das creches, demissão de funcionários sem novas contratações, corte de bolsas, redução salarial, e inclusive possibilidade de desvinculação da permanência. Sem citar que este pacote de medidas vem com o aumento do policiamento da USP, com a KOBAN, para calar os que se levantarem. Ou seja, os que estudam e trabalham sofrem com os ataques de uma mesma burocracia universitária minoritária e autoritária, que avança na destruição da universidade pública.

Por isso companheiros, o POR convoca a levantarmos todas as reivindicações da moradia em um só bloco junto com o movimento geral em defesa da universidade pública. Que o CRUSP seja uma trincheira contra os ataques do Zago/Alckmin. Pelo fortalecimento de instrumentos democráticos, como as assembleias, os debates, as reuniões dos Grupos de Trabalho. A política assistencialista/reformista

## Rondônia

# Burocracia do sindicato dos transportes coletivos de Porto Velho e o prefeito quebram a greve dos trabalhadores sem nenhuma garantia das reivindicações

Após uma semana de greve total dos trabalhadores do transporte coletivo, a diretoria do sindicato junto com o prefeito Mauro Nazif/PSB conseguiu que os trabalhadores retornassem aos postos de trabalho sem atendimento das suas reivindicações relacionadas às perdas salariais para as quais o prazo de negociação se encontra vencido desde o mês de julho deste ano. As empresas alegam que não podem atender ao acordo coletivo da categoria pelo fato de não ter sido renovado o contrato de serviço com a prefeitura.

Tendo esse cenário, os trabalhadores deflagraram o movimento, mas foram ludibriados pelos burocratas que defenderam o retorno ao trabalho sem garantia do atendimento de suas reivindicações. O presidente do Sintetuperon, Edilson Pereira, teve a “cara de pau” de expor sua conciliação com os patrões ao falar: “Conseguimos buscar um entendimento entre as partes e a população poderá usar novamente o transporte coletivo. Alcançamos os objetivos almejados durante esses dias de greve, os motoristas e cobradores estão mais seguros”. Como? Seguros de que? Se os trabalhadores não tiveram suas reivindicações atendidas no percentual de 19% de reajuste salarial e aumento nos vales alimentação e refeição?

O que ficou claro foi que os capitalistas dos transportes e prefeito saíram ilesos com o novo acordo realizado com empresários e a prefeitura, com a anuência do sindicato. Uma das concessionárias do transporte coletivo, a Três Marias, vai continuar operando pelos próximos seis meses. A Ideal, contratada recentemente pela Prefeitura, também irá operar e uma tercei-

fortalece o individualismo, a burocratização o imobilismo da entidade, e está fadada a fracassar, diante da impossibilidade de concessões pela casta que dirige a universidade, diante da crise. Em defesa dos métodos de ação direta, como greves, ocupações, e manifestações de rua, como forma de arrancar nossas reivindicações. Avancemos pela unidade real dos que estudam e trabalham. Avancemos com uma política proletária para enfrentar os ataques da burguesia, de seus governos e da burocracia universitária.

É urgente a construção da Assembleia Geral Universitária, fórum que reúne os três setores, para responder conjuntamente aos ataques da Reitoria e do governo.

É urgente dar uma resposta à suposta crise orçamentária, apurando as contas da USP de forma independente, elaborando um orçamento que atenda às reivindicações e pondo fim a toda privatização e precarização, e pondo fim ao reitorado e constituindo um governo tripartite, eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

É urgente a maior unidade entre os que estudam e trabalham e sua ligação com a luta geral dos trabalhadores, por emprego, salário e direitos, que estão sendo atacados pelos governos em toda linha.

ra, a Rio Madeira, será absorvida por um consórcio criado pelo grupo Rovema, do empresário Adélio Barofaldi e Roda Brasil, comandada por Antônio Mendonça. Prefeitura e burguesia do transporte se beneficiam, enquanto trabalhadores continuam sob as mesmas condições de exploração e de arrocho salarial.

Os trabalhadores dos transportes coletivos de Porto velho precisam estar alertas para a traição e as manobras arquitetadas pelo presidente do Sintetuperon, que tem se pronunciando como “porta voz” das empresas ao dizer que “os valores arrecadados a partir da retomada do trabalho serão utilizados para o pagamento de salários dos trabalhadores da Rio Madeira”, mesmo sem o prefeito ter se pronunciado sobre o acordo.

A situação colocada para os trabalhadores é de mais opressão, salários cada vez mais arrochados em função da alta inflacionária e a necessidade de retomada do movimento, pois enquanto empresários, burocratas do sindicato e prefeito ganham tempo com a manobra, os trabalhadores continuam explorados pelos capitalistas do setor.

A retomada do movimento precisa ser fortalecida até alcançar a vitória das reivindicações. O emprego de todos precisa ser mantido, sem rebaixar salários, e a recomposição salarial deve permitir que a família dos trabalhadores sobreviva dignamente, portanto, faz necessária a defesa do Salário Mínimo Vital.

A defesa da estatização do transporte sob controle dos trabalhadores e da população para garantir os empregos e os salários continua sendo essencial para que o problema do transporte público possa ser superado.

# A verdadeira concepção e posição do POR diante da opressão sobre as mulheres

A ex-camarada J.R. soltou nas redes sociais uma carta aberta contra o POR. Diz que tem total acordo como o “manifesto MIESQI (Movimento por uma Internacional da Revolução Socialista-Quarta Internacional) e que está “em discussão com o MRT – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores”, antes denominado de LER-QI. Está aí o motivo de uma ex-militante atacar o partido em que militou cerca de 2 anos. Não é J.R. quem lança a carta aberta, mas sim a Liga Estratégia Revolucionária-Quarta Internacional (LER-QI).

Essa corrente filo-morenista nunca se dispôs a responder as críticas programáticas do POR. Citemos uma. Há pouco, as páginas do jornal “Palavra Operária” afirmou que no Brasil não mais se coloca a aliança operária e camponesa, e sim a aliança operária e popular. Está aí também porque estaria superada a consigna de governo operário e camponês. O PTS argentino – a LER-QI é uma de suas costelas – adotou há muito a consigna de “governo operário e popular”. De forma que a transplantou para o Brasil, abolindo o campesinato como classe decisiva para a revolução proletária, que será de maioria nacional. O POR, na ocasião, fez uma demonstração de que se tratava não apenas de desconhecimento da realidade do País, mas de uma versão do revisionismo (no caso, morenista), que adota a noção de “popular” como se fosse classe social. Ocorre que o “popular” da LER-QI é uma somatória das opressões. Falta para o PTS/LER apenas a tentativa de definir o “popular”. Caso o faça, irá descrever as inúmeras opressões. Ocorre que os filo-morenistas nunca se atreveram a responder ao POR.

Certamente, os ler-morenistas dirão que o POR é insignificante, sectário, etc. Já ouvimos essa resposta esfarrapada. Sempre enfrentamos a LER-QI, como a todos as correntes de esquerda, no terreno do programa. Mas essa corrente que pretende “refundar” a IV Internacional não tem um programa. Isso não a impediu de afirmar que no Brasil já não se coloca a aliança operária e camponesa. O POR, não obstante, entende que não se pode compreender as particularidades das mais variadas formas de opressão, sem que tenha por base o programa da revolução proletária. Nisto reside a real divergência entre o POR e a LER-QI (transmutada em MRT). Na realidade, entre o POR e todas as variantes do revisionismo. Observem que a LER-QI finca sua bandeira contra as opressões no mesmo terreno do PSTU. As críticas programáticas aos filo-morenistas foram discutidas tanto interna como externamente ao partido. J.R. sempre se calou. Nunca contribuiu para as formulações programáticas. Tivemos uma rica experiência de revisão do programa. J.R. não utilizou o boletim interno para criticar e formular posições sobre as opressões. Nesse momento, quando estava para abandonar o POR, utilizou a Conferência Regional de São Paulo para propor que se votasse um encontro das mulheres do POR. Mesmo estando fora do temário da Conferência, se discutiu a proposta. J.R. não se dedicou a apresentar as divergências que agora saca do arsenal da LER-QI.

Essa organização revisionista encontrou mais uma vez um

meio para atacar o POR sem que se apresentasse um embate de organização para organização. Dizemos mais uma vez porque há pouco um professor da Universidade Federal da Paraíba publicou um artigo nas redes sociais sobre as eleições presidenciais, aproveitando para deformar as posições do POR. Prontamente, demos a resposta à altura. Agora, temos de fazer o mesmo com uma ex-militante, que serve ao mesmo método sorrateiro da LER-QI de não enfrentar face a face o POR.

Vejamos as barbaridades da carta aberta.

No ponto 1, diz que o POR está certo em partir da “concepção correta de que as opressões terão seu fim com o fim da propriedade privada e das relações de exploração de uma classe sobre outra”. Mas que “secundariza a luta contra as opressões”. E que estabelece uma falsa oposição entre as “lutas mais diretamente operárias” e “as opressões”. E conclui que o POR se alinha “à perspectiva semi-estalinista de que a luta contra as opressões serve para desviar a luta de classes.” Esse tipo de crítica solta ao ar é típico de adversários matreiros. Temos inúmeras publicações sobre a opressão da mulher, que em seus fundamentos são os mesmos de todas as opressões. Se a LER-QI pretendesse uma discussão séria, à altura do marxismo, analisaria de conjunto nossas formulações.

O que sempre dissemos da relação entre a opressão sobre a mulher e movimento operário é que este deve tomar em suas mãos a tarefa de destruir as cadeias capitalistas que a subjagam. O partido dirige seu trabalho às mulheres operárias para que estas se incorporem ao movimento geral do proletariado e que suas reivindicações particulares levem as massas femininas a fortalecer a luta estratégica contra o capitalismo. Partindo das manifestações concretas da opressão, torna-se possível despertar nas massas femininas a necessidade de ingressarem no movimento operário e elevarem a consciência de classe. A política de organizar as mulheres à margem do movimento operário, circunscrever suas reivindicações à especificidade e despertar a ilusão de que é possível reformas que as protegem, o POR sempre combateu. Esse é o nosso fundamento, que temos a certeza de que está de acordo com as formulações do marxismo.

A acusação de que o POR “secundariza” e estabelece uma oposição entre a luta contra as opressões e o movimento operário é uma invencionice, que serve à falsificação.

No subitem 1.1, a LER-QI afirma que o POR entende que “primeiro será feita a revolução e depois passaremos a educar as massas contra as opressões”. Trata-se de uma conclusão tirada de uma passagem do manifesto do POR divulgado no Dia da Mulher, em que criticamos a fanfarronice burguesa e pequeno-burguesa de educar e coagir os homens para que se livrem do “machismo”. A LER-QI deveria explicar em sua crítica ao POR que “medidas educativas” são essas que servem à emancipação das mulheres. Há quem diga que a educação começa pela conscientização das massas masculinas de que devem fazer os trabalhos domésticos, compartilhando-o com as



vel obter conquistas com o movimento das mulheres (o POR diz, da “luta geral das massas”) e pela via parlamentar. Ou então, calem-se para evitar falsificações. A mesquinhez política dos leristas é tão marcante que pretendem nos transformar em reles ignorantes. Diz que desconhecemos “as conquistas reais para a melhoria da vida das mulheres na fase imperialista”, como “sufrágio universal em vários países, o direito ao divórcio, o direito ao aborto em alguns países, licença maternidade.” Os nossos adversários, ao não enfrentarem as divergências no campo programático e da concepção doutrinária, fazem o ataque com as armas do vulgar empirismo. Aí mora a sua perdição.

A LER-QI conclui em geral que na fase imperialista, que o leninismo caracterizou como época de decomposição do capitalismo, as mulheres obtiveram “melhoria de vida”. O que quer dizer que devemos continuar perseguindo o caminho da melhoria. Observem a armadilha em que está metida a LER-QI. É obrigada a colocar um restritivo nas conquistas “em vários países”, todos os casos citados devem receber o complemento que relativiza a conquista. Na maioria dos países, esses direitos não existem, a não ser o direito formal ao voto, que serve para as mulheres elegerem os escravizadores. E nos países que existem? São direitos plenos? São de fato assegurados? Na França, por exemplo, o direito ao aborto assegura todas as garantias de proteção do Estado de que a mulher necessita? Como é o direito ao aborto nos Estados Unidos? E, na Espanha? Temos a certeza de que dificilmente a LER-QI vai demonstrar que as mulheres oprimidas norte-americanas, francesas, espanholas etc. são cobertas de fato por direitos conquistados.

A pequenez de raciocínio chega ao extremo. Dizem nossos adversários: “Evidentemente que as leis não bastam. Mas devemos sim reivindicar leis de proteção à mulher”. De onde os leristas tiraram a suposição de que o POR não defende leis de proteção à mulher? De seus próprios cérebros! Sempre defendemos o direito irrestrito ao aborto, com toda a proteção à mulher que recorre a uma medida tão extrema e dolorosa. A diferença com a LER-QI é que afirmamos que esta somente será possível se imposta pelas massas, sob a direção do proletariado organizado, em luta renhida contra a burguesia e seu sistema econômico. Por meio da democracia, das eleições e dos métodos parlamentares, jamais! Sim, o POR trabalha no seio das massas para que imponham com seus métodos próprios leis de proteção à mulher. Mas a LER-QI apregoa a criminalização: “Leis que caracterizam a violência sexual como crime, leis que caracterizam a violência doméstica como crime, etc.” Não admitimos a coerção judicial-policial como meio de proteção da mulher. Neste ponto preciso, a LER-QI poderia legitimamente atacar o POR. Mas dizer em geral que somos contra lutar por leis que protegem a mulher é uma vergonhosa falsificação.

A corrente que golpeia sem conhecer a fundo a política e a prática do adversário, utiliza-se do ataque para ocultar suas próprias deformações. Os leristas teriam razão se dissessem: o POR não luta por leis que criminalizam a violência do homem contra a mulher, enquanto a LER-QI sim! O que o POR disse sobre a Lei Maria da Penha? Denunciou que serve para ocultar a opressão capitalista sobre as mulheres. Quem redigiu a carta aberta deveria ter se referido a esse posicionamento, que também está no Manifesto do Dia da Mulher. Ocorre que

é mais fácil deformar, mentir e falsificar com generalidades e amálgamas. Esse é o método utilizado pelos revisionistas e impostores. A assertiva de que “o POR diz que não são possíveis conquistas democráticas limitadas dentro do capitalismo”, é uma dessas generalidades, que servem à falsificação. Leis de repressão à violência do homem contra a mulher não fazem parte das Leis de proteção à mulher (direito ao aborto, direito à proteção da maternidade, igualdade jurídica, etc.). Não são compatíveis com “conquistas democráticas”. Expliquemos esta questão, que tem contaminado os movimentos e as correntes de esquerda em geral. Os crimes contra a mulher têm crescido – assassinatos, estupro, tráfico de menores, espancamentos, etc. Esse fenômeno não ocorre por falta de leis repressivas! Ocorre a despeito das leis que os tipificam como crimes. É bem provável que o feminismo burguês e pequeno-burguês retrucaria: “as leis particulares do feminicídio, que caracterizam o assassinato de mulheres como crimes hediondos, frearão a violência que explode sem controle.” Essa boa intenção não passa de uma hipérbole verbal. No capitalismo em decomposição, o aumento da criminalidade – não somente em relação à mulher – é estrutural. A humanidade está diante de uma época de barbárie. Não há dique de contenção, a não ser a luta revolucionária do proletariado e dos demais oprimidos. A pretensão de civilizar a barbárie capitalista com leis repressivas serve ao reacionarismo burguês. A opressão sobre a mulher assumiu a forma da barbárie, que se manifesta em todas as relações sociais. Não se pode desligá-la da violência geral que se processa no seio da sociedade burguesa. É lamentável ver correntes de esquerda reivindicando leis repressivas, assumindo bandeiras como as de “crime hediondo”, “delegacia da mulher”, etc. Mas o problema não se limita à ilusão de que a criminalização protege as mulheres. O fundamental está no fato de se recorrer à coerção do Estado. O marxismo jamais defende qualquer medida que fortaleça o aparato judicial e policial. Não recorreu jamais à criminalização como meio de combater os efeitos sociais da sociedade de classes. Não será, agora, quando a barbárie assombra as massas que devemos descartar essa posição de princípio.

De forma que o POR se insurge contra a mistificação de que o aumento dos crimes contra a mulher se deve à falta de leis repressivas, pelo predomínio do machismo na justiça e no aparato policial, etc. Temos a certeza de que contestarão: o POR está em posição de paralisia diante do fato de milhares de mulheres serem mortas, espancadas, incapacitadas, expulsas de casa, etc. Os mais atrevidos dirão: vocês estão deixando de responsabilizar o Estado. Em absoluto, tais questionamentos não são consistentes. O combate à violência contra a mulher tem por base o combate a todos os tipos de violência, nascidos nas entranhas das relações sociais capitalistas. As formas particulares que assume a violência contra a mulher não devem ser desvinculadas da violência em geral que recaem sobre os oprimidos. Responsabilizamos a burguesia, seu Estado e seus partidos pelos altos índices de criminalidade, portanto, pela barbárie social. Apontamos que suas raízes se encontram na exploração e opressão de classe. Um poderoso movimento em defesa das reais reivindicações de proteção e de fim das discriminações se encarregará de enfrentar a violência pela raiz. O POR, assim, age segundo a política leninista de que quanto

mais os explorados conquistam igualdade de direitos, mais evidente fica que a origem dos males não está na ausência de direito, mas no capitalismo. Será impondo pela luta de classes as reivindicações de proteção às mulheres que haverá progressos na luta contra a violência. O POR entende que as bandeiras de criminalização e a ação coercitiva do Estado não servem à luta política pela emancipação da mulher.

No subitem 1.3, a LER-QI afirma: “O POR rechaça a política das vertentes feministas não classistas e as coloca como inimigas, assim não construindo um movimento de mulheres, em frente única com os diversos setores, por direitos democráticos.” Os erros nesta acusação também são grosseiros. Não existem “vertentes feministas não classistas”. No fundo todo movimento e toda luta política expressam uma das classes antagonicas – ou a burguesia ou o proletariado. O movimento pequeno-burguês expressa, político e ideologicamente, a burguesia, a não ser que se coloque sob a direção do proletariado. O trabalho da vanguarda revolucionária no seio do movimento pequeno-burguês consiste exatamente em desenvolver a política do proletariado em constante oposição à política da burguesia.

As correntes de esquerda que se adaptam à pequena-burguesia renunciam às posições de classe do proletariado. É caso particular da LER-QI, que tudo faz para diluir o conteúdo de classe do feminismo burguês e pequeno-burguês. É parte da luta revolucionária, porém, submeter ao exame e à crítica as manifestações de classe nos movimentos. Não é diferente o caso das “vertentes feministas”. A política burguesa sempre será “inimiga” de classe, seja em que situação for. No caso de se destacar um de seus setores em defesa das reivindicações democráticas – o que é muito improvável -, temos de marchar separado e golpear juntos. O mesmo princípio tático se aplica ao movimento pequeno-burguês democrático. Em qualquer dos casos os revolucionários trabalham por separar as massas pequeno-burguesas da influência burguesa e colocá-las sob a direção do proletariado. Esse objetivo não pode ser cumprido somente pela luta comum em defesa das reivindicações democráticas, mas essencialmente pela estratégia e tática revolucionárias.

A política da LER-QI é de adesão às aspirações democráticas da pequena-burguesia e de capitulação diante do feminismo burguês. Essa conduta se caracteriza pelo oportunismo. É parte da experiência do marxismo a nítida separação entre movimento socialista de emancipação da mulher do movimento burguês. Se os leristas recorressem à luta da III Internacional com o feminismo burguês expresso pela política da II Internacional, não diriam tantas impropriedades contra a política do POR. Diz a LER-QI: “Esta posição sectária mostra que o partido não tem como perspectiva construir um movimento de mulheres que discuta as questões das mulheres em particular e o combate a opressão, como parte da luta de classes.” Mais uma invenção. Para os revisionistas, defender a política proletária e conflitar com os prejuízos do feminismo burguês e pequeno-burguês é “sectarismo”. O desenvolvimento do partido revolucionário depende de sua penetração no proleta-

riado. Essa condição e tarefa determinam as possibilidades do trabalho dirigido à organização das mulheres. O que de forma alguma tem impedido a participação no movimento pequeno-burguês. O fato de se limitar a intervenções pontuais tem a ver com o desenvolvimento de nossas fileiras. Certamente, não nos dedicamos a formar agrupamentos particulares, como “Pão e Rosas”. Mas J.R. sabe que o POR teve uma importante influência na luta das mães operárias por escola e transporte em um dos bairros de São Paulo. Quem serve aos ataques dos revisionistas, não se envergonha de distorcer e ocultar.

É no ponto 2 que a LER-QI se mostra possessa. Sai em defesa da concepção machista sobre a opressão da mulher. Quem redigiu a carta sequer leu corretamente o Manifesto do Dia da Mulher, ou então não tem outro recurso de ataque a não ser a falsificação. Eis: “Este trecho basicamente contém a tese de que o feminismo inventou o machismo, que criou essa ideia totalmente descabida de que existe uma opressão generalizada do homem sobre a mulher (...)”. O feminismo pequeno-burguês aglutinou as manifestações da opressão sobre a mulher sob o rótulo de machismo, obscurecendo ou negado a opressão de classe. Essa é a crítica. Se a LER-QI rechaçasse essa formulação, aí estaria sendo correta. A segunda parte da frase é traquinagem. A opressão sobre a mulher se originou



com a sociedade de classes e por meio das sociedades de classes se transformou e se desenvolveu. Somente um idealismo tosco poderia afirmar tamanha estupidez que o feminismo, com sua noção de machismo, criou “a opressão generalizada do homem sobre a mulher.” É baseado na origem de classe da opressão sobre a mulher que o POR refuta as teses do “machismo”. “Gênero” e “machismo” são dois conceitos caros aos reformistas. Estão interligados. São de origem acadêmica. O

feminismo pequeno-burguês os têm transformado em grande descoberta desde os anos 70. As esquerdas revisionistas deles se apropriaram e constituíram suas políticas. Observa-se que não se tratam de noções conceituais marxistas. Qual é o problema de não serem marxistas? É que não expressam a opressão do homem sobre a mulher como opressão de classe, capitalista, burguesa. Concebem-na como dominação sexual de onde se desprendem outras formas de dominação. A deformação é tão grande que se abriu caminho para considerações absurdas de há luta de classes entre homens e mulheres. Sob o guarda chuva da tese de que o “machismo” é a causa primordial e é o que demarca a particularidade da opressão sobre a mulher, se abriga o feminismo burguês e pequeno-burguês. Pouco adianta a LER-QI se esforçar em justificar que “as relações machistas têm origem na propriedade privada e formação da família”. O marxismo que revelou a natureza de classe da opressão sobre a mulher jamais o fez nos termos do domínio sexual. A subordinação do sexo feminino (da mulher) ao sexo masculino (homem) foi antes de tudo resultado da divisão do trabalho que deu ao homem o poder da propriedade privada. Evidentemente, o surgimento da família individual, do patriarcalismo e do sistema monogâmico deu ao homem a supremacia em todas as formas de re-

lações, inclusive a sexual. Não por acaso, Engels explica que a degradação da mulher, ao ponto de se tornar em “escrava da luxúria do homem” e “em simples instrumento de reprodução”, ocorreu com desmoronamento do direito materno e assim o homem “apoderou-se também da direção da casa” e a “mulher se converteu em servidora”. Está claro que, com o gigantesco crescimento da classe média, em nossa época, se expôs com extraordinária amplitude toda sorte de limitações à mulher. Aí gestaram uma espécie de novo reformismo, que se armou de teses como “opressão de gênero” e “ideologia machista”. Via de regra se opõem ao marxismo. As esquerdas revisionistas procuram fundir os dois opostos. Contribuem para uma síntese eclética. É nesse terreno que o POR combate tanto o feminismo burguês, quanto o pequeno-burguês.

A LER-QI expressa no Brasil as posições do PTS argentino. O livro “Pão e Rosas”, contém formulações que rompem com o marxismo, certamente em seu próprio nome. A distinção e separação entre **exploração e opressão** é um aspecto conceitual de base. Eis “(...) consideramos a **exploração** como relação entre as classes (...); (...)” enquanto que poderíamos definir a **opressão** como uma relação de submissão de um grupo sobre outro por razões culturais, raciais ou sexuais”. Feita essa operação artificial conclui: “O pertencimento de classe de um sujeito delimitará os contornos de sua opressão”. Continuando: “(...) a opressão das mulheres se manifesta de diversos modos, em todas as classes sociais.” Trata-se da distinção entre classe e gênero, que o feminismo acadêmico estabeleceu e que o PTS assimilou, como parte de seu “marxismo”. Advoga que há uma opressão geral das mulheres (gênero), que se manifesta de distintas formas em todas as classes. Há, portanto, mulheres oprimidas (operárias, etc.) e mulheres oprimidas que oprimem (mulheres burguesas). A sociologia burguesa do gênero pressupõe uma especificidade à opressão sobre as mulheres. A **opressão** sobre a mulher, portanto, é autônoma em relação à **exploração** capitalista do trabalho – é de gênero e não de classe. A **opressão**, por não ser de classe, mas de gênero, manifesta-se, assim, em todas as classes, tanto entre as mulheres proletárias quanto entre as burguesas. As mulheres proletárias estão unidas às mulheres burguesas pela **opressão** de gênero, mas separadas pela **exploração** do trabalho. O PTS se colocou de acordo com o feminismo burguês e pequeno burguês sobre a opressão de gênero, mas diz estar em desacordo quanto ao fato deste não considerar a “questão de classe”. Não é preciso muito esforço para se notar que os farsantes fazem um amálgama oportunista. O marxismo demonstrou que o regime de exploração de trabalho é a fonte de todo tipo de opressão, inclusive a de natureza nacional.

J.R. procura dar ares de que abandonou o POR devido a “desacordos estratégicos”. Descobriu tal incompatibilidade depois que a LER-QI disse-lhe o que fazer contra o POR. Nunca J.R. fez qualquer menção a divergência estratégica. Vejamos: “O POR proclama em seus materiais e para a militância que este já é o partido revolucionário em germe, que irá crescer e assim, com alguns ajustes, será o instrumento da classe trabalhadora para chegar ao poder”. Não proclamamos nada!. Partimos da necessidade de construir o partido da revolução proletária – essa é a condição para superar a crise de direção revolucionária. Temos por fundamento que somente

se assenta as bases do partido constituindo o programa. Está aí por que iniciamos a formação do POR elaborando as teses programáticas (1989/91). No XII Congresso (2014), aprovamos o programa. Os quadros que iniciaram a construção do partido chegaram à conclusão de que a base do revisionismo e do oportunismo se assenta na negação do partido-programa. Por que então caracterizamos de germe? Porque determina as tarefas de formar quadros marxistas e penetrar no seio do proletariado. A ideia de que irá crescer em linha reta, mecanicamente e finalmente se tornar um “instrumento da classe trabalhadora para chegar ao poder”, fazendo “alguns ajustes”, é mais uma das falsificações da LER-QI. Basta se ver a noção de “fazer alguns ajustes”, para se ver o baixo nível teórico dos oponentes. O ataque rasteiro conclui com uma declaração do mesmo calibre: “Contra toda autoproclamação sectária sustentamos que a construção de partidos operários revolucionários e a refundação da Quarta Internacional não serão resultado do desenvolvimento evolutivo de nossas organizações nem de nossa tendência internacional, mas resultado da fusão das alas de esquerda das organizações trotskistas com setores da vanguarda operária e juvenil que se orientem no sentido da revolução social (...)” J.R. que assina a carta diz estar de acordo com essa visão contra o sectarismo do POR. Se a LER-QI tivesse analisado de conjunto as nossas formulações sobre a crise de direção, suas particularidades no Brasil, as críticas programáticas ao reformismo, estalinismo e revisionismo da IV Internacional, enfim, se tivesse mostrado seriedade, poderíamos travar uma discussão à altura de quem pretende superar o divisionismo que tanto infelicitava o marxismo-leninismo-trotskismo. Nossas críticas às esquerdas sem programa sempre objetivam elevar a consciência política da militância em geral e em particular de uma fração que, pela experiência, romperá com o oportunismo e convergirá com o marxismo. Temos a certeza de que a construção do partido revolucionário e a reconstrução da IV Internacional implicarão aproximações e distanciamentos das esquerdas, cisões e fusões. Temos igual certeza de que sem um partido que se assente no programa, que domine a teoria da revolução e que se desenvolva segundo a concepção leninista, as aproximações e afastamentos, as cisões e fusões servirão ao oportunismo, ao revisionismo. Na Bolívia, o PTS se aliou a burocratas da COB para formar um Partido dos Trabalhadores, felizmente fracassou. No Brasil, a LER-QI, que não tem programa, se diluiu no MRT, objetivando encontrar um lugar no PSOL. Na Argentina, o PTS promove uma frente eleitoral oportunista com PO, que aproveitou para propor aos filomorenistas uma união em torno de um Partido dos Trabalhadores. A ofensiva oportunista de PO não prosperou. Ocorre que o PTS se utiliza da ausência do programa (basta proclamar-se trotskista) para aproximar descontentes, estilhaços de correntes, ativistas de movimentos contra as opressões, etc. Essa via oportunista de construção do partido, de fato, se choca com a concepção leninista do partido.

J.R. abandona uma militância revolucionária para ingressar em uma corrente revisionista do trotskismo. Não lamentamos que J.R. tenha servido de instrumento da LER-QI. O ataque sem princípio ao POR nos ajudou a expor nossa verdadeira posição sobre a questão da opressão sobre a mulher.

**Nesta edição:**

- Bolívia: As massas avançam qualitativamente no desenvolvimento da situação política
- Abaixo a repressão sionista! Todo apoio à resistência palestina!
- 98 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917

**Artigos das Seções**

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Bolívia**

## As massas avançam qualitativamente no desenvolvimento da situação política

**Governo nada contra a corrente**

Agudizam as contradições entre o governo e as massas oprimidas. O processo de diferenciação política de amplos setores da classe média, dos trabalhadores, dos camponeses e indígenas em relação ao governo chegou a tal ponto que se manifesta por meio de choques cada vez mais explosivos. As massas passam de uma atitude passiva de mal-estar à ação direta diante da miséria, do entreguismo oficialista, da submissão às multinacionais e da corrupção galopante.

É importante compreender que o atual processo político tem como pano de fundo a crise econômica do sistema capitalista, cuja mudança não depende da vontade dos governantes, nem das forças políticas. A mudança de conduta das massas se manifesta na resposta dos mineiros de Huanuni à chantagem do governo, que consiste em impor a manutenção de seus lacaios no sindicato. Essa é a condição para dar-lhes alguns recursos que permitam a empresa continuar funcionando. As massas respondem firmemente, com a dinamite nas mãos decidem fechar com cadeado o sindicato até que se realizem eleições para nomear os novos dirigentes. Os gremialistas, por sua vez, realizam mobilização nacional contra os impostos que o governo pretende impor. Os operários urbanos se mobilizam contra os impostos, contra a livre importação de mercadorias baratas e o contrabando, que ameaça quebrar a produção interna, destruindo fontes de trabalho. Os estudantes se mobilizam tanto em Cochabamba, na UPEA, quanto em Tarija. Mobilizações regionais contra a drástica redução de suas rendas, devido à queda dos preços do gás e dos minerais. Incorporação dos professores nas mobilizações contra a aplicação da reforma educacional, contra a miséria e contra a burocracia sindical oficialista, etc.

As manobras que o governo realiza para potenciar sua campanha pelo SIM se chocam brutalmente com essa situação política. A reunião de Tiquipaya se esfumaça no ar, sem deixar nenhuma marca, frustrando o objetivo de promover o “irmão Evo” como líder universal da defesa da Mãe Terra. (...)

O anúncio de que a campanha pelo SIM será financiada com contribuições do parlamentares e militantes do MAS caiu no descrédito. Ninguém acredita, quando todos os dias se vê que o Presidente e os operadores oficialistas usam os bens e os recursos do Estado em viagens por todo o território nacio-

nal, entregando obrinhas do programa “Evo Cumpre, Bolívia Muda” e quando inundam com uma milionária propaganda oficialistas todos os meios de comunicação social.

É parte dessa propaganda desesperada o anúncio de que a China emprestará 7 bilhões de dólares para a construção de uma ferrovia que unirá o Oriente ao Ocidente, que vai até o Pacífico para comercializar mais facilmente com o colosso asiático. (...) Por outro lado, o governo antecipa outro empréstimo dos chineses de 10 bilhões de dólares para o próximo futuro. Estes anúncios não são uma resposta à miséria que estão sofrendo as massas neste momento. Trata-se de realizações a longo prazo, que não tocam diretamente na solução dos problemas imediatos dos setores economicamente mais deprimidos do país (o crescimento da produção, abertura de novas fontes de trabalho, a melhora nos soldos e salários, a melhora dos ingressos dos setores independentes da economia, a flexibilização trabalhista que se acentua nos setores dependentes da empresa privada, etc.).

No polo oposto ao debate formal e legalista – à margem da realidade que vive os explorados – entre o oficialismo e a oposição da direita tradicional, potencia-se o debate real entre as massas e o partido revolucionário. Não se trata da simples defesa de uma “democracia” inexistente e, nem tampouco da defesa da Constituição que nada importa aos explorados. Trata-se da real oposição à eternização de um governo servil às multinacionais, ao imperialismo e um governo antioperário e antinacional que condena os pobres a maior miséria, para salvar os interesses da empresa privada e das multinacionais, diante dos rigores da crise, de um governo que se afoga no pântano da corrupção. Trata-se da confirmação de que somente pelo caminho da revolução social, que construa um novo Estado, assentado na propriedade social dos meios de produção, a Bolívia poderá se salvar dos tormentos do capitalismo decadente. Esse debate que se resume na consigna do NÃO para referendo do fevereiro de 2016 encarna as necessidades imediatas e históricas dos explorados e eclode poderosamente desde os rincões mineiros, desde as fábricas e desde as ruas, que são os cenários de grandes mobilizações.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2422, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

No dia 18 de outubro, na Praça Oswaldo Cruz, em São Paulo, reuniu-se uma manifestação de apoio ao povo palestino, que está neste momento sob forte repressão do governo sionista, tendo dezenas de mortos e centenas de feridos. A manifestação percorreu parte da Avenida Paulista, que estava com trânsito bloqueado, e abriu-se o microfone para que as organizações presentes pudessem se expressar. O POR compareceu ao ato com o manifesto abaixo e realizou sua fala com base nele.

## **Abaixo a repressão sionista! Todo apoio à resistência palestina!**

Nas últimas semanas, tem aumentado a violência do governo israelense contra os palestinos. Pelo menos 40 mortos e centenas de feridos palestinos diante de 7 judeus mortos mostram a repressão que se despeja. Palestinos cercados são assassinados pelos soldados israelenses em frente às câmeras de TV. O governo impôs mais medidas de bloqueios à movimentação palestina, com blocos de concreto nas ruas dos bairros palestinos de Jerusalém. Essa medida é mais uma de intimidação da nacionalidade oprimida, que vive cercada, constantemente humilhada nas fronteiras entre as áreas controladas pelo governo sionista.

O aumento dos assentamentos judeus na Cisjordânia e o anúncio de novas regras de frequência de locais sagrados em Jerusalém têm levado ao crescimento da revolta palestina, que se manifesta de forma espontânea em protestos e ações individuais. A resposta do governo é o aumento da repressão em toda linha.

A experiência tem mostrado que é preciso resistir à ofensiva sionista. O que germina entre a população palestina, especialmente a mais jovem, é a tendência a uma nova intifada. A rebelião popular ainda se expressa por meio das pedradas e do uso das facas. Mas pode e tende a avançar para o armamento geral das massas.

### **Quem está por trás do governo sionista**

O massacre dos palestinos acontece com a anuência dos Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra. Estas potências que comandam o mundo foram e são as responsáveis pela expulsão dos palestinos de parte de seu território para criar, com a força das armas, o Estado sionista de Israel. A ONU é complacente com a mortandade. Os pedidos e conselhos para que se faça uma trégua e se negocie a paz são hipócritas. O imperialismo veste a máscara do humanitarismo e do pacifismo para ocultar seu apoio à política sionista do carrasco Binyamin Netanyahu.

A classe operária mundial e todos os oprimidos do mundo devem identificar com clareza os responsáveis pela chacina de civis, de crianças, de velhos e mulheres. São os inimigos da autodeterminação dos povos oprimidos. São os opressores nacionais! São os abutres que se fartam da exploração no mundo todo! São os capitalistas que promovem a barbárie em nome da democracia, dos direitos humanos e da paz!

A derrota do sionismo é a derrota da dominação imperialista em todo Oriente Médio. É preciso fortalecer entre os explorados e oprimidos a confiança na luta anti-imperialista, no combate à feudal-burguesia árabe e aos seus governos. Se os soldados de Israel encontrarem em cada rua, em cada casa, em cada trincheira e em cada túnel os palestinos armados e treinados para a guerrilha, então estarão diante de uma verdadeira resistência nacional da população oprimida. Essa é a via para enfrentar o sionismo e o imperialismo.

*Respondemos à ofensiva reacionária dos sionistas com a política revolucionária: armamento geral dos palestinos, levante das massas exploradas do Oriente Médio e campanha*

*mundial de mobilização em cada país! Não se derrotará o Estado militarista de Israel, se as massas não forem armadas, se não se organizar a guerrilha defensiva.*

### **Por uma Palestina socialista, por uma federação de estados socialistas na região**

Não há dúvida de que a questão palestina é parte de todo Oriente Médio e o transcende para nível mundial. Os conflitos nacionais são inúmeros em todo mundo. E todos estão condicionados ao domínio dos monopólios e pela opressão imperialista. Um exemplo que ressalta no momento é o da Síria. Mas a questão palestina sintetiza a barbárie capitalista.

A criação do Estado sionista respondeu a um especial interesse do imperialismo pelo Oriente Médio – o controle da imensa riqueza petrolífera. O nacionalismo árabe fracassou em conquistar a independência e em reunificar países divididos pelas fronteiras impostas pela Inglaterra, França e Estados Unidos. O pan-arabismo ficou para trás. Triunfou o domínio norte-americano. Os palestinos arcaram com parte desse peso histórico ficando marginalizados da tarefa democrático-burguesa de se constituir em Estado Nacional. Não há possibilidade de recuperar essa perda.

A tese de dois Estados criada pelas potências na ONU se mostrou falsa. A OLP renunciou à sua bandeira original de Estado único, democrático, laico e anti-racista. Significou submissão à política do imperialismo. Levou à divisão da luta pela destruição do Estado sionista. Esse processo evidenciou a impossibilidade do nacionalismo de enfrentar a opressão imperialista. Assim, a ausência do programa e da política proletária bloqueia o avanço da luta anti-imperialista. Não se pode desconhecer esse obstáculo. Está colocada pela experiência a tarefa de construir o partido revolucionário. Somente este poderá levantar a bandeira da revolução socialista que destruirá o aparato da burguesia sionista e estabelecerá uma palestina una, sem qualquer tipo de opressão – palestinos e judeus estarão sob o mesmo teto.

Os explorados palestinos não contam com uma direção proletária, revolucionária. Não lutam sob a estratégia da revolução socialista. Permanecem sob o nacionalismo árabe impotente, mascarado pela religião. Ardem de ódio contra os seus opressores. Mas se encontram desarmados política e militarmente.

Defendemos o direito dos palestinos de reivindicarem seu Estado. Mas diremos que somente com o desmantelamento do Estado sionista e com a edificação de uma República Socialista é possível eliminar a opressão de classe e nacional. O objetivo estratégico da luta revolucionária é a de alcançar os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

***Derrotar o Estado sionista de Israel com o levante armado das massas oprimidas da palestina e do Oriente Médio! Abaixo a repressão sionista! Todo apoio à resistência palestina! Por em pé uma nova intifada! Armamento geral da população!***

# 98 anos da Revolução Russa de Outubro de 1917



*No dia 25 de outubro completam 98 anos da Revolução Russa. Seleccionamos um dos discursos de Lênin dedicado ao 1º ano da tomada do poder por operários e camponeses. As formulações aí contidas se dão em meio ao combate do recém-criado Estado soviético por se consolidar diante da reação externa e interna. Lênin demonstra a importância decisiva do campesinato. O proletariado havia se imposto diante da burguesia com a transformação da propriedade privada industrial em propriedade social. Um dos alicerces da revolução havia sido assentado. Estavam dadas as condições iniciais para a transição do capitalismo ao socialismo. No entanto, permanecia em aberto a tarefa de implantar a coletivização do campo. Sem esse pilar, a revolução não poderia transpor o conteúdo democrático burguês da tarefa de nacionalizar as terras e entregá-las aos camponeses pobres.*

*A exposição de Lênin, neste 1º ano da revolução, é dedicada a demonstrar que a tarefa fundamental do momento era de organizar os camponeses no sentido de ajudá-los a compreender a luta de classe que ainda se travava no campo contra os ricos proprietários. A ruptura da aliança dos camponeses com os operários poderia pôr a perder as conquistas revolucionárias. Lênin faz uma descrição precisa das diferenciações no seio do campesinato russo, de forma a identificar com absoluta clareza as forças da revolução e da contrarrevolução.*

*Temos a certeza que a leitura do discurso ajudará a vanguarda a aprimorar o domínio do método materialista de análise e de crítica.*

***Viva a Revolução Russa! Morte ao capitalismo putrefato!***

## **Discurso em uma reunião de delegados do Comitê Pobres das Províncias Centrais (1)**

**8 de novembro de 1918 – V.I. Lênin**

A organização dos pobres do campo, camaradas, é o problema chave para nosso trabalho de edificação interior e, inclusive, é o problema principal de toda nossa revolução.

O objetivo da Revolução de Outubro era arrancar as fábricas das mãos dos capitalistas para converter os meios de produção em propriedade de todo o povo e reestruturar a

agricultura sobre bases socialistas mediante a entrega da terra aos camponeses.

A primeira parte deste objetivo foi muito mais fácil de cumprir do que a segunda. Nas cidades, a revolução depauperou-se com a grande produção, na qual estão empregados milhares de operários. As fábricas e oficinas pertenciam a um

pequeno número de capitalistas, que deram pouco trabalho aos operários. Os operários tinham acumulado uma grande experiência na luta contra os capitalistas, que lhes ensinou a atuar de forma coordenada, decidida e organizada. Além disso, não necessitaram dividir as fábricas ou oficinas; o que importava era conseguir que toda a produção servisse aos interesses da classe operária e do campesinato e cuidar para que os produtos do trabalho não caíssem nas mãos dos capitalistas.

Mas no campo as coisas são completamente diferentes. Para que se possa triunfar aí o socialismo, foram necessárias uma série de medidas de transição. Transformar um grande número de pequenas fazendas camponesas em grandes fazendas, não é tarefa que se possa realizar imediatamente. É impossível, sem dúvida, conseguir no ato, em um breve prazo, que a agricultura, que até agora tem sido praticada de forma desordenada, possa ser transformada em agricultura social, e convertida em grande exploração estatal, cujos produtos sejam distribuídos com equidade e justiça entre todo povo trabalhador, sob um sistema de trabalho obrigatório geral e equitativo.

Enquanto que os operários das fábricas e oficinas nas cidades tinham conseguido já derrotar completamente os capitalistas e libertar-se da exploração, no campo a verdadeira luta contra a exploração estava apenas começando.

Depois da Revolução de Outubro, acabamos com o grande proprietário rural e confiscamos a terra. Com isso, sem dúvida, não terminou a luta no campo. A conquista da terra, como toda conquista dos trabalhadores, só pode ser segura quando se baseia na iniciativa dos próprios trabalhadores, em sua própria organização, em seu interesse e em sua firmeza revolucionária.

Os camponeses tinham essa organização?

Lamentavelmente, não. Isso é o mal. Essa é a razão pela qual a luta é tão difícil.

Os camponeses que não empregavam o trabalho alheio, que não se beneficiavam do trabalho de outros, sempre estarão de acordo, naturalmente, em que a terra seja repartida, de forma igualitária, entre todos, em que todos trabalhem, em que o usufruto da terra não sirva à exploração; se opõem à concentração da terra nas mãos de poucos. Mas outra coisa ocorre com os Kulaks e com os exploradores que se enriqueceram com a guerra, que se aproveitaram da fome para vender cereais a preços fabulosos, que esconderam o cereal à espera de preços fabulosos e tratam agora por todos os meios de enriquecer-se à custa da desgraça do povo, da fome dos pobres do campo e dos operários urbanos.

Eles, os kulaks e os exploradores, são inimigos não menos perigosos que os capitalistas e os latifundiários. E se os kulaks continuam intactos, se não derrotamos os exploradores, é inevitável a volta do czar e dos capitalistas.

A experiência de todas as revoluções havidas até agora na Europa confirma com clareza que a revolução está inevitavelmente condenada ao fracasso se os camponeses não se libertarem da dominação dos kulaks.

Todas as revoluções europeias acabaram em fracasso, porque os camponeses não puderam enfrentar seus inimigos. Na cidade, os operários derrotaram seus reis (na Inglaterra e na



França executaram seus reis há vários séculos; somente nós estávamos atrasados com nosso czar) e, no entanto, algum tempo depois voltou a imperar o antigo regime. Isso ocorreu porque, naquele momento, sequer existia nas cidades a grande produção, capaz de unir milhões de operários nas fábricas e uni-los em um exército suficientemente poderoso para resistir à ofensiva dos capitalistas e dos kulaks, ainda sem contar com o apoio camponês.

Os camponeses pobres estavam desorganizados, lutaram mal contra os kulaks e, como consequência, a revolução foi derrotada também nas cidades.

Hoje, a situação é distinta. Nos últimos 200 anos, a grande produção se desenvolveu com tanta força e tem expandido a todos os países com uma rede tão imensa de gigantescas fábricas e oficinas, que empregam milhares e milhares de operários. Hoje, em todos lugares das cidades, há uma grande quantidade de operários organizados, os proletários, que constituem uma força suficientemente poderosa para obter a vitória final sobre a burguesia, sobre os capitalistas.

Nas revoluções anteriores, os camponeses pobres não tinham onde recorrer em busca de apoio em sua dura luta contra os kulaks.

O proletariado organizado – que é mais forte e tem maior experiência que o campesinato (conseguiu essa experiência nas lutas anteriores) – tem agora o poder na Rússia, é o dono de todos os meios de produção, de todas as fábricas, oficinas, ferrovias, barcos, etc.

Agora, os camponeses pobres têm um aliado seguro e poderoso em sua luta contra os kulaks. Sabem que a cidade os respalda, que o proletariado os ajudará, e em realidade já os está ajudando, com todos os meios ao seu alcance. Acontecimentos recentes têm demonstrado.

Todos recordarão, camaradas, da perigosa situação em que se achava a revolução, em julho deste ano. A rebelião checoslovaca se estendia, se acentuava a escassez de alimentos nas cidades e os kulaks se tornavam mais insolentes e violentos em seus ataques às cidades, ao governo soviético e aos camponeses pobres.

Chamamos os pobres do campo a se organizarem. Constituímos comitês de pobres e organizamos destacamentos de abastecimentos operários. Os eserristas de esquerda iniciaram uma rebelião. Diziam que os comitês de pobres estavam integrados por vagabundos e que os operários roubavam os

cereais dos camponeses pobres.

Respondíamos que eles defendiam os kulaks, que haviam entendido que podiam combater o poder soviético utilizando-se não só das armas, como também da fome. Eles falavam de “vagabundos”. E nós lhes perguntamos, qual é a causa de uma pessoa se tornar um “vagabundo”, por que se abandona, por que empobrece, por que se entrega à bebida? Não é por culpa dos kulaks? Os kulaks, juntamente com os eserristas de esquerda, armaram uma gritaria contra os “vagabundos”, mas eles mesmos açambarcaram cereal, esconderam e especulavam, porque queriam enriquecer-se à custa da fome e dos sofrimentos dos operários.

Os kulaks chupavam o sangue dos camponeses pobres, aproveitavam do trabalho alheio e ao mesmo tempo gritavam: “vagabundos”!

Os kulaks esperavam com impaciência os checoslovacos. De bom grado tinham entronizado um novo czar, para continuar impunemente com a exploração, para continuar dominando o peão agrícola, para continuar enriquecendo.

A única salvação estava em que o campo se uniu à cidade, em que os proletários e semiproletários do campo – aqueles que não empregam o trabalho alheio – se uniram aos operários da cidade em uma campanha contra os kulaks e os parasitas.

Para alcançar essa unidade, foi necessário se empenhar muito no abastecimento de víveres. A população operária das cidades morria de fome, enquanto que os kulaks diziam: se retenho meu cereal um pouco mais talvez me paguem mais.

Os kulaks, certamente não têm pressa, sobra-lhes dinheiro; eles mesmos dizem que têm toneladas de notas de Banco emitidas pelo governo de Kerenski.

Mas homens capazes de ocultar e acumular cereais em tempo de fome, são criminosos perigosos. É preciso combatê-los como os piores inimigos do povo.

Temos começado essa luta no campo.

Os mencheviques e eserristas tratam de nos assustar dizendo que com a constituição dos comitês de pobres dividíamos os camponeses. Mas o que significa não dividir o campo? Significa deixá-lo a mercê do kulak. E é isso, precisamente, o que não queremos, de modo que decidimos por dividi-lo. Dissemos: é verdade que perdemos os kulaks, não podemos evitar essa desgraça (risos), mas ganhamos milhões de camponeses pobres, que se colocaram junto aos operários (aplausos).



E é isso, exatamente, o que está ocorrendo. A divisão no campo não fez senão mostrar com maior clareza onde estão os camponeses pobres, onde estão os camponeses médios que não empregam o trabalho alheio, e onde estão os exploradores e os kulaks.

Os operários ajudaram e ajudam os pobres em sua luta contra os kulaks. Na guerra civil, no campo, os operários estão do lado dos camponeses pobres, como estiveram quando aprovaram a lei de socialização da terra, patrocinada pelos eserristas.

Nós, os bolcheviques estávamos contra essa lei. No entanto, a subscrevemos, porque não queríamos nos opor à vontade da maioria do campesinato. A vontade da maioria é sempre obrigatória para nós, opor-se à vontade da maioria, é trair a revolução.

Não quisemos obrigar o campesinato a aceitar a ideia de que a repartição igualitária da terra era inútil, ideia que lhe era estranha. Acreditávamos que era bem melhor que os próprios camponeses trabalhadores compreendessem, por meio de sua experiência e de seu sofrimento, que a repartição igualitária é um absurdo. Somente assim poderíamos perguntar-lhes como se livrariam da ruína e da dominação dos kulaks, consequência da repartição da terra.

A repartição estava muito bem como começo. Devia demonstrar que a terra tinha sido confiscada dos latifundiários e entregue aos camponeses. Mas isso não é suficiente. A solução reside somente na agricultura coletiva.

Vocês não compreenderam neste momento, mas a experiência os levará a esse convencimento. O caminho para se libertar das desvantagens da agricultura em pequena escala está nas comunas, nas cooperativas agrícolas, nas associações de camponeses. Esse é o caminho para melhorar a agricultura, economizar energia e lutar contra os kulaks, os parasitas e os exploradores.

Sabíamos, perfeitamente, que os camponeses estavam arraigados à terra. Os camponeses temem a inovação e se agarram tenazmente aos velhos costumes. Sabíamos que os camponeses só acreditavam nos benefícios de uma medida qualquer quando seu próprio sentido comum os levasse a compreender e a avaliar os benefícios. Por isso, ajudamos na repartição da terra, ainda que compreendíamos que essa não era a solução.

Agora, os próprios camponeses pobres começam a nos dar razão. A experiência lhes ensina que, enquanto são necessários, digamos, dez arados, quando a terra está dividida em 100 parcelas, com uma agricultura comunal se alcançaria o mesmo, com uma quantidade menor de arados, por não estar a terra tão dividida. A comuna permite a toda cooperativa, ou associação, fazer melhorias na agricultura, que estão fora do alcance dos pequenos e dispersos proprietários, etc.

Não será possível, naturalmente, passar de imediato, em todos os lugares, à agricultura coletiva. Os kulaks se opõem com todo tipo de resistência, e inclusive frequentemente os próprios camponeses resistem obstinadamente à implantação dos princípios da agricultura comunal. Mas quanto mais os camponeses se convencem, pelo exemplo e por sua própria experiência das vantagens das comunas, maiores serão os êxitos.

Nesta tarefa, os comitês de pobres desempenham um importante papel. Devem se estender por toda a Rússia. Há algum tempo, estão se desenvolvendo com grande rapidez. Em Petrogrado, se realizou, há alguns dias, um Congresso de comitês de pobres da região norte. Em vez de sete mil representantes esperados, compareceram vinte mil, ultrapassando a capacidade do local reservado para o Congresso. O tempo bom facilitou, e a reunião se realizou na praça do Palácio de Inverno.

O Congresso demonstrou que a guerra civil no campo foi compreendida corretamente: os pobres se unem e lutam juntos contra os kulaks, os ricos e os exploradores.

O Comitê Central de nosso partido elaborou um plano para reformar os comitês de pobres, que será submetido ao VI Congresso de Sovietes. Decidimos que os comitês de pobres e os soviets rurais não devem ficar separados, pois senão surgirão disputas e haverá muito palavreado inútil. Fundiremos os comitês de pobres com os soviets e transformaremos os comitês de pobres em soviets.

Sabemos que às vezes os kulaks se introduzem, inclusive, nos comitês de pobres. Se isto continua, os pobres terão diante de tais comitês a mesma atitude que tiveram diante dos soviets os kulaks, Kerenski e Avxéntiev. Uma mudança de nome não enganará ninguém. Propõem-se, portanto, realizar novas eleições para os comitês de pobres. Somente terão direito a voto aqueles que não exploram o trabalho alheio, aqueles que não aproveitam o nome do povo para roubar, aqueles que não especulam com os excedentes de cereal, nem o ocultam. Nos comitês de pobres, proletários, não podem haver lugar para kulaks e exploradores.

O poder soviético resolveu destinar 1 bilhão de rubros para um fundo especial destinado a melhorar a agricultura. Prestar-se-á ajuda financeira e técnica a todas as comunas existentes e àquelas que se fundirem.

Se faltam especialistas, os enviaremos. Ainda que a maioria dos especialistas seja contrarrevolucionária, os comitês

de pobres saberão conduzi-los com rédeas curtas e trabalharão para o povo não pior do que trabalhavam antes para os exploradores. Nossos especialistas agora sabem, perfeitamente, que não podem derrocar o poder operário nem mediante a sabotagem, nem prejudicando intencionalmente o trabalho.

Tampouco tememos o imperialismo estrangeiro. A Alemanha já queimou as mãos na Ucrânia. Em lugar dos 60 milhões de toneladas de cereais que a Alemanha esperava levar da Ucrânia, só obteve 9 milhões e, de acréscimo, bolchevismo russo, pelo qual não sente demasiada simpatia. (aplausos clamorosos) Os ingleses devem cuidar para que não lhes ocorra o mesmo. Poderíamos aconselhá-los que não se engasguem! (risos e aplausos)

No entanto, enquanto nossos irmãos do estrangeiro não se levantem em todos os lugares, o perigo subsiste. Consequentemente, devemos continuar organizando e fortalecendo Exército Vermelho. Aos pobres do campo esta questão deve lhes interessar, pois somente sob a proteção de nosso exército poderão dedicar-se a trabalhar na agricultura.

Camaradas, a transição da nova forma de agricultura transcorrerá talvez lentamente, mas é necessário levar à prática,

sem vacilações, o princípio da agricultura comunal.

A luta contra os kulaks não deve cessar, e não se deve chegar a nenhum acordo com eles.

Com os camponeses médios, podemos trabalhar juntos e com eles lutar contra os kulaks. Não temos nada contra os camponeses médios. Talvez não sejam socialistas, talvez nunca cheguem a ser socialistas, mas a experiência lhes ensinará as vantagens da agricultura coletiva e a maioria deles não oporá resistência.

Aos kulaks, dizemos: tampouco temos nada contra vocês, mas entreguem seus excedentes de cereais, não especulem e não explorem o trabalho alheio. Até que não façam isso, os golpearemos com tudo que temos a nosso alcance.

Não confiscamos nada dos camponeses trabalhadores; mas expropriaremos completamente àqueles que empregam o trabalho assalariado e se enriquecem à custa dos demais. (clamoroso aplausos)

.....  
(1) Esta reunião foi convocada pela Redação do jornal Bednotá ("O pobres") e se realizou em Moscou, no edifício do Instituto do Comércio (hoje Instituto de Economia Nacional J. Peljánov de Moscou). Assistiram mais de 450 delegados dos comitês de pobres das províncias de Mosocú, Tula, Orlov, Kaluga, Vladímir, Tver, Smolensk, Riazán, Nizhni Nóvgorod, Ivánovo-Voznesensk, Simbirsk, Távobov, Kostromá, Chernígov e outras.

(Extraído das Obras Completas de V.I. Lênin, tomo XXX, Ediciones de Cultura Popular)

